

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**MOISÉS LAZZARETTI VIEIRA**

**ENTRE TEORIAS, MEMÓRIAS E ENTREVISTAS:  
MIGUEL REALE REVISITA O INTEGRALISMO**

**PORTO ALEGRE**

**2016**

Moisés Lazzaretti Vieira

ENTRE TEORIAS, MEMÓRIAS E ENTREVISTAS:

Miguel Reale revisita o Integralismo

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de Licenciado em  
História, pelo Curso de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
– UFRGS

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre

2016

### CIP - Catalogação na Publicação

Vieira, Moisés Lazzaretti

Entre teorias, memórias e entrevistas: Miguel Reale revisita o integralismo / Moisés Lazzaretti Vieira. -- 2016.  
78 f.

Orientador: Luiz Alberto Grijó.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Miguel Reale. 2. Integralismo. 3. História das ideias políticas no Brasil. I. Grijó, Luiz Alberto, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
Departamento de História/Comgrad História

### ATA DE AVALIAÇÃO – TCC

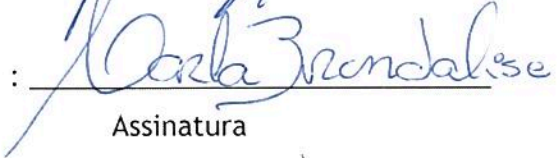
Aos 15 dias de dezembro de 2016, reuniu-se a Banca de Avaliação para, em sessão pública, realizar a avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso de História intitulado **Entre teorias, memórias e entrevistas: Miguel Reale revisita o Integralismo** de autoria de **Moisés Lazzaretti Vieira**, número do cartão da UFRGS 00129815, sob a orientação do(a) professor(a) Luiz Alberto Grijó. Após os procedimentos de avaliação, os membros da Banca decidiram APROVAR o trabalho, atribuindo a ele o conceito A. E por ser verdade, eu, professor(a) Luiz Alberto Grijó, presidente dos trabalhos da Banca de Avaliação, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por seus demais membros.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2016.

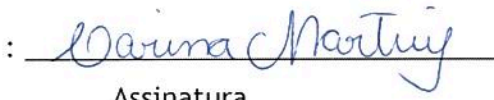
Presidente Prof(a). Luiz Alberto Grijó  
Nome

:   
Assinatura

Avaliador Prof(a). Carla Brandalise  
Nome

:   
Assinatura

Avaliador Prof(a). Carina Martiny  
Nome

:   
Assinatura

Em memória de Enelita Anna Lazzaretti,  
minha tia e segunda mãe, falecida à época do  
meu ingresso no curso de História.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente à minha mãe, Lourdes Lazzaretti, por sua admirável resiliência e fortaleza com as quais se dedicou a mim e a meu irmão, durante todos estes anos de nossas vidas; ao meu pai, Oswaldo Vieira, por saber e nos ensinar a compreender as vicissitudes da vida. Agradeço à minha companheira, Susan Drago, pelo infindável amor e pelos incontáveis momentos de suporte e paciência que teve comigo ao longo de nossa jornada. Agradeço a meu irmão, David Lazzaretti Vieira, pelo seu companheirismo e amizade.

Agradeço ao Prof. Luiz Alberto Grijó por ter aceitado a orientação deste trabalho e por ter contribuído de forma ímpar com a minha formação, motivo pelo qual também agradeço a outros mestres do Departamento de História: Prof.<sup>a</sup>. Céli Pinto, Prof. Luiz Dario, Prof. Mathias Luce, Prof.<sup>a</sup>. Regina Weber, Prof.<sup>a</sup>. Sílvia Copé e Prof. Temístocles Cezar.

Agradeço ao Prof. José Carlos Gomes dos Anjos, do Departamento de Sociologia, e à Prof.<sup>a</sup>. Cornelia Eckert, do Departamento de Antropologia, por seus ensinamentos nesses campos do saber que tanto acrescentaram aos meus conhecimentos. Agradeço à Prof.<sup>a</sup>. Carla Meinerz, da Faculdade de Educação, por ter contribuído inestimavelmente para a minha formação como docente.

Agradeço aos professores do Departamento de Ciência Política: Prof. Carlos Arturi, por ter me concedido a oportunidade de trabalhar na monitoria de suas disciplinas, e ao Prof. Fabiano Engelmann, por ter me auxiliado na importante experiência de iniciação científica sob sua orientação.

Agradeço ao querido amigo Prof. Everton Falcão, pela leitura e revisão atentas deste trabalho, as quais tornaram a leitura do texto mais aprazível.

Agradeço aos amigos Jonatan Victória e Gustavo Melo, pela fiel amizade.

Agradeço aos familiares Elcia Drago, Karen Drago e Aldo Drago (*In memoriam*), por tornarem a minha vida mais feliz.

Finalmente, agradeço ao contribuinte brasileiro – tão vilipendiado por nossa injusta matriz tributária – por ter custeado a minha formação nesta Universidade pública.

*“O século XX herdou uma palavra terrível e vaga, aparentemente técnica e cheia de segredos, do século XIX seu antecessor.*

*O termo Ideologia, reservado, na altura, a alguns iniciados, transforma-se de imediato no grande veículo de propagação da história e do pensamento. E, levada por enormes multidões, torna-se numa onda material e mesmo numa sucessão violenta de vagas enormes”.*

*(Jean Pierre Faye)*

## **RESUMO**

Este trabalho procura fazer uma interpretação do integralismo de Miguel Reale, a partir das suas obras originais, escritas na década de 1930, além de analisar de que forma o autor atualiza as suas ideias sobre o integralismo, segundo depoimentos e outras fontes posteriores. Nos seus textos teóricos do integralismo, Reale se coloca em oposição à filosofia liberal, desenvolvendo um estilo de pensamento que é comum aos conservadores. Relacionando as fontes mais recentes, onde Reale reformula sua visão do integralismo, com os textos originais que desenvolvem a organização do Estado Integral, o autor tenta suavizar a sua versão daquele movimento, omitindo alguns aspectos mais autoritários, enfatizando e relativizando outros elementos que são mais digeríveis ao público contemporâneo.

**Palavras-chave:** Miguel Reale; Integralismo; História das ideias políticas no Brasil.



## **ABSTRACT**

This work seeks to make an interpretation of the Miguel Reale's integralism, starting from his original works written in the 1930s, in addition to analyze how the author updates his ideas about the integralism, according to statements and other later sources. In his theoretical texts of integralism, Reale puts himself in opposition to the liberal philosophy, developing a style of thinking that is common to conservatives. Relating the most recent sources, where Reale reforms his vision of the integralism, with the original texts that develop the organization of the Integral State, the author tries to soften his version of that movement, omitting some more authoritarian aspects, emphasizing and relativizing other elements that are more digestible to the contemporary public.

**Keywords:** Miguel Reale; brazilian Integralism; History of political ideas in Brazil.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 O INTEGRALISMO DE MIGUEL REALE.....	13
2.1 Reale um conservador? .....	13
2.2 Liberalismo e contradição: o homem e o Estado .....	16
2.3 Liberalismo: democracia, direito e economia.....	20
2.4 Socialismo e comunismo: corolários da filosofia liberal.....	22
2.5 Capitalismo, Nazi-fascismo e Antissemitismo .....	24
2.5.1 Reflexões: Reale, a AIB e Mussolini .....	24
2.5.2 Raça e capitalismo financeiro .....	26
2.6 A caminho do Estado Integral .....	29
2.6.1 História, política e axiologia .....	29
2.6.2 Economia integral .....	31
2.6.3 Representação, corporativismo, eleições e voto.....	33
2.7 Algumas interpretações possíveis .....	36
3 MIGUEL REALE REVISITA O INTEGRALISMO.....	38
3.1 O Estado Novo e o fim da Ação Integralista Brasileira.....	38
3.2 Da liberdade “conquistada” à liberdade “ameaçada”: o “esquecimento” do Estado Integral .....	40
3.3 O integralismo é revisto .....	43
3.3.1 Reflexões sobre a natureza das fontes.....	43
3.3.2 A História Vivida – 1978 .....	45
3.3.3 Introdução à reedição das obras políticas – 1983.....	50
3.3.4 Memórias – 1986.....	55
3.3.5 Conversa com o filósofo – 1999 .....	58
3.3.6 A voz do pensador – 2000.....	58
3.3.7 Roda Viva – 2000.....	59
3.3.8 Memória Política – 2001 .....	60
3.3.9 O Integralismo Revisitado – 2004.....	62
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
REFERÊNCIAS .....	69

## 1 INTRODUÇÃO

Luiz Felipe Pondé, filósofo defensor da direita no Brasil, em artigo publicado este ano<sup>1</sup>, afirma que esse setor do espectro político só valoriza o pragmatismo econômico e é avesso às ideias, reduzindo o intelectual ao papel de “animador de festas e jantares”. Por esse motivo, a direita é incapaz de se contrapor à esquerda:

Contará sempre com partidos fisiológicos para lidar com a inquestionável hegemonia intelectual da esquerda no país. E nunca terá interlocução no mundo da produção de conteúdo porque, exatamente, não acredita na inteligência [...].

Não consegue entender que, se a vida é em grande parte uma cadeia produtiva sem garantia ou piedade, ela é, também, uma narrativa sobre esse sentimento asfixiante de contingência, abandono e solidão que acomete o Sapiens há milênios. (PONDÉ, 2016).

Certamente, o agrupamento político retratado por Pondé neste artigo não é a direita dos anos 1930. Caso a direita atual viesse a ser “transportada” no tempo, para a época do integralismo, essa interpretação do filósofo seria totalmente discutível...

O presente trabalho procura analisar o integralismo de Miguel Reale sob dois prismas principais: a interpretação sobre a teoria integralista desenvolvida por Reale nos anos 1930, a partir das obras originais<sup>2</sup>, e a sua revisita ao integralismo, através de depoimentos e fontes posteriores. Por intermédio desses pontos, pretende-se fazer algumas reflexões sobre como o autor enxerga e apresenta a sua teoria e a sua participação na Ação Integralista Brasileira – doravante AIB –, relacionando essa versão atualizada com suas obras integralistas.

Membro e doutrinador da AIB, Miguel Reale construiu uma longa carreira pública seja como jurista, político, professor, reitor, jurisconsulto do Estado em assuntos legais, seja como filósofo ou poeta. Ao longo dos seus noventa e cinco anos de vida, Reale passou por várias instituições e atuou em diversos papéis, que vão desde Secretário Nacional de Doutrina da AIB (1933, um ano após ter lutado ao lado da Força Pública no movimento constitucionalista de São Paulo), enquanto ainda era estudante de direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, escola que veio a ser incorporada pela

---

<sup>1</sup> PONDÉ, Luiz Felipe. A direita não acredita em ideias e acha que intelectual é animador de festa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2016/09/1814522-a-direita-nao-acredita-em-ideias-e-acha-que-intelectual-e-animador-de-festa.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2016.

<sup>2</sup> Para melhor ilustrar a natureza das fontes utilizadas, optou-se por citá-las na ortografia a qual se encontram, no português da época.

Universidade de São Paulo (onde Reale iria se tornar reitor em dois momentos), até Supervisor da Comissão Elaboradora e Revisora do Código Civil<sup>3</sup>, cujo projeto veio a ser sancionado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, transformando-se no novo Código Civil brasileiro, Lei nº. 10.402/2002 – da qual Reale ficou conhecido como sendo o “pai”<sup>4</sup>. Tornou-se referência internacional na área da Filosofia do Direito após a conclusão e publicação de sua tese de doutoramento, na qual desenvolveu a base da chamada “Teoria Tridimensional do Direito”<sup>5</sup>. Foi fundador do Partido Popular Sindicalista (1945), sigla que se fundiu com o Partido Republicano Progressista, de Adhemar de Barros, e formou o Partido Social Progressista (1946). Foi Secretário de Justiça do estado de São Paulo, em 1947. Foi chefe da Delegação Brasileira junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde proferiu discurso sustentando a emenda brasileira sobre a manutenção do salário mínimo nas plantações (1951)<sup>6</sup>. Durante o regime militar, foi nomeado pelo Presidente Artur da Costa e Silva para integrar a Comissão de Alto Nível que revisou a Constituição de 1967 – instrumentalizando juridicamente a ditadura. Contribuiu para a elaboração do tratado e do regime jurídico da usina hidrelétrica de Itaipu, sugerindo uma modalidade jurídica inédita: a de um condomínio de bens cujo potencial elétrico seria usado e administrado por dois Estados nacionais (1972-73)<sup>7</sup>. Esses são apenas alguns dados breves que podem ilustrar a dimensão da longa e importante jornada de Miguel Reale pela História do Brasil.

Criada oficialmente em outubro de 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB) se insere no contexto internacional de incertezas do período entre guerras, marcado por crises econômicas, como a de 1929, e por intensos conflitos no campo político-ideológico: fascistas, liberais, socialdemocratas, comunistas e socialistas. Desta querela

---

<sup>3</sup> Para mais detalhes sobre a influência dos projetadores no código civil, ver: BARCELLOS, Daniela Silva Fontoura de. **Código Civil: professores entre as faculdades de direito e o governo federal**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (Tese de Doutorado em Ciência Política).

<sup>4</sup> Para mais detalhes a participação do autor no código civil, ver: REALE, Miguel. **História do Novo Código Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

<sup>5</sup> REALE, Miguel. **Fundamentos do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940.

<sup>6</sup> Contra a exclusão do salário mínimo nas plantações: discurso sustentando a Emenda do Brasil, que prevaleceu por voto em plenário. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Genebra, 1951. Para mais detalhes desta conferência ver: SÜSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT**. São Paulo: LTR, 1998.

<sup>7</sup> Uma compreensão mais aprofundada deste tema pode ser encontrada em: REALE, Miguel. **Natureza Jurídica da Itaipu**. Curitiba: Diretoria jurídica de Itaipu Binacional, 2004.

política, o grande perdedor, ao menos inicialmente, foi o sistema liberal-democrático, cada vez mais desacreditado. Segundo Maio e Cytrynowicz<sup>8</sup>:

A ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha criou as condições políticas e ideológicas para o surgimento de partidos similares na Inglaterra, Bélgica, Portugal, Espanha, México, Chile, Bolívia e Brasil. Embora cada um desses movimentos tivesse suas peculiaridades locais e nacionais, no conjunto podem ser tipificados como variações de uma mesma matriz ideológica. (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003, p.44)

No caso brasileiro, entre o período que vai de 1930 até o golpe que inaugurou o “Estado Novo” de Getúlio Vargas, o cenário político é caracterizado por um quadro de instabilidade e indefinições que favoreceram a criação de movimentos radicais, seja à esquerda seja à direita. São exemplos emblemáticos dessa instabilidade as inúmeras mudanças nas interventorias estaduais e os vários episódios de indisciplina na hierarquia das forças armadas. Tanto a AIB, quanto a Aliança Nacional Libertadora (ANL) faziam profundas críticas aos rumos tomados pela Revolução de 1930, e ambas mobilizaram projetos que tentaram suscitar na sociedade a ideia da necessidade de mudanças.

A Ação Integralista Brasileira formou-se a partir de vários grupos e partidos de extrema direita com inspirações fascistas – tais como a Ação Social Brasileira, a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista e a Ação Imperial Patrinovista – que tinham no anticomunismo e no antiliberalismo seus denominadores comuns<sup>9</sup>.

A curta existência legal da AIB (de outubro de 1932 até dezembro de 1938, quando se tornou clandestina) não desmereceu a notabilidade desse movimento, tanto pelo número de adeptos, como pela atração que exerceu na intelectualidade da época, conforme Trindade:

Entretanto, o fato de ter sido a Ação Integralista Brasileira o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional e reunindo cerca de meio milhão de aderentes, demonstra por si mesmo, a importância crucial de que se reveste o seu estudo para a compreensão da vida política brasileira no período posterior à Revolução de 1930. (TRINDADE, 1979, p. 01).

---

<sup>8</sup> MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>9</sup> Cf. TRINDADE, Héglio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979, p. 103-116.

Miguel Reale se diferencia das outras grandes figuras do Integralismo, como Plínio Salgado e Gustavo Barroso, por sua longa trajetória de relevância, participando de várias importantes instituições brasileiras, seja no campo da política, do direito, seja da educação, como figura pública e elite de Estado, tendo direta contribuição para a formação administrativa do Brasil. A ampla gama de atuação na vida social brasileira, desde 1932, quando Reale passou a integrar a AIB, até seu falecimento em 2006, retrata uma vida extremamente multifacetada, de variadas aspirações e de ampla influência na sociedade.

Ao contrário de outros integralistas, que não lograram sucesso com o findar da AIB, segundo Mitchell<sup>10</sup>, Reale, através de seus estudos e sua liderança no campo do direito e da filosofia, estabeleceu suas credenciais, que permitiram o seu restabelecimento da vida política e na elite intelectual brasileiras, transitando com sucesso por crises políticas que teriam encerrado a carreira de outros indivíduos.

Além disso, as posições que Reale assume na política e na vida intelectual o habilitaram a moldar os discursos sobre os maiores problemas enfrentados no Brasil. Sua vida profissional, em outras palavras, sugere o modo em que um membro da elite intelectual engendra a reprodução das ideias, mesmo quando o movimento o qual é associado desaparece da cena. Se Reale foi hábil em sobreviver profissionalmente, ele também o fez ampliando o raio de sua influência intelectual. (MITCHELL, 1999, p. 122, tradução nossa).

A sobrevivência de Reale como membro da elite intelectual e política brasileira e sua circulação em diversos campos, merecem um estudo mais aprofundado.

---

<sup>10</sup> MITCHELL, Michael. Miguel Reale and the Impact of Conservative Modernization on Brazilian Race Relations. In: HANCHARD, Michael. **Racial Politics in Contemporary Brazil**. Durham: Duke University Press, 1999, p. 116-137.

## 2 O INTEGRALISMO DE MIGUEL REALE

### 2.1 Reale um conservador?

Nesta primeira parte do trabalho, o foco será a análise das obras de filosofia política produzidas pelo autor enquanto membro da AIB. Para tanto, serão abordados os textos mais significativos produzidos no período de 1932 a 1937, a fim de se compreenderem os principais pontos do pensamento integralista de Miguel Reale. Desse modo, não se pretende um estudo exaustivo dessas fontes<sup>1</sup>, impossível para esta modalidade de trabalho, mas sim, a partir delas, tentar delinear os principais pontos da rebuscada visão do integralismo desenvolvida pelo seu Secretário Nacional de Doutrina.

Para os fins perseguidos neste estudo, é oportuno que se esclareça o marco teórico do qual se parte para esta análise: o ponto básico é a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim. Esse autor trabalha com a hipótese de investigação do pensamento não como análise puramente filosófica ou psicológica, mas sim a partir da premissa de que não se podem desprezar as origens sociais dos modos de pensamento e de como eles funcionam nas vidas pública e política, como instrumento de ação coletiva e, por isso, não partindo do indivíduo produtor do pensamento de forma isolada, mas buscando compreender o pensamento no contexto histórico-social específico<sup>2</sup>.

Ao longo das obras que Reale escreve nesse primeiro período, fica claro o desenvolvimento de uma cosmovisão abrangente acerca da sociedade, do indivíduo e do Estado, temas que estavam sendo amplamente questionados e discutidos segundo um clima de efervescência das ideologias nacionalistas e socialistas, bem como de crise do liberalismo<sup>3</sup>. Nas palavras do próprio Miguel Reale<sup>4</sup>:

---

<sup>1</sup> Procurou-se utilizar, na medida do possível, as obras em suas edições da década de 1930, para evitar o que Oliveira advertiu em seu artigo, quanto a adulteração em edições de obras integralistas do pós-guerra. Segundo este autor, alguns textos integralistas teriam sido alterados para “renegar o caráter fascista e antidemocrático da extinta AIB”. Para mais detalhes, ver: OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A evolução dos estudos sobre o Integralismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 118-138, jan./jun. 2010, p. 126. No entanto, isto não foi possível em todas as obras utilizadas na fase integralista de Miguel Reale, sendo que algumas foram consultadas a partir de uma compilação editada pela Universidade de Brasília em 1983, que, pelo elenco do corpo editorial e por constituir fonte de outros importantes trabalhos sobre o integralismo, é razoável aceitar sua fidedignidade às edições originais.

<sup>2</sup> MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 29-33.

<sup>3</sup> Para mais detalhes sobre estas ideologias em ebulição, ver: FAYE, Jean Pierre. *O Século das Ideologias*. Lisboa: Instituto Piaget, 1980.

<sup>4</sup> REALE, Miguel. Prefácio. In. FILHO, Ferdinando Martino. *Pela Revolução Integralista*. São Paulo: Paulista, 1935, p. 7-12.

Estamos vivendo uma fase de mutações imprevistas, tragicas sem duvida, mas de inexcedível atração para quem sabe penetrar no cáos dos acontecimentos e arrancar, como o artista arranca uma imagem de beleza da solicitação tumultuaria dos sentidos, as linhas puras do edificio social que nós mesmos estamos elaborando, sob a pressão de todas as angustias e de todas as esperanças de cada um de nós, de milhares de grupos, de dezenas de nações. (REALE, 1935b, p. 7).

Como a obra de Reale no período integralista é muito abrangente, indo desde textos mais reflexivos e filosóficos até pequenos panfletos de divulgação da AIB, optou-se por dividir o estudo em assuntos-chave<sup>5</sup> para facilitar a compreensão da sociedade integralista pretendida pelo autor. Através da análise desses assuntos, sugere-se que o autor desenvolve um estilo de pensamento conservador, personalizado pela formação intelectual de Reale e sua circulação dentro do campo jurídico.

No cerne da sociologia do conhecimento, segundo Mannheim, está o conceito de estilo de pensamento<sup>6</sup>. A partir desse ponto, a história do pensamento não é vista somente como história das ideias, mas como esforço analítico a fim de vislumbrar como esses estilos de pensamento crescem e se desenvolvem através das circunstancias sociais em mudança, isto é, no destino dos diversos grupos sociais que detêm esses estilos. Dessa forma, o estilo de pensamento é parte integrante do processo histórico, refletindo a sociedade em questão não de forma estática, mas acompanhando sua evolução, a exemplo do que ocorre no campo das artes:

Assim sendo nosso argumento é que o pensamento humano também se desenvolve em “estilos” e que há diferentes escolas de pensamento distinguíveis pelos diferentes modos como **utilizam diferentes padrões e categorias de pensamento**. Assim deve ser perfeitamente possível “situar” um texto anônimo como se situa uma obra de arte anônima, se nós apenas nos dermos ao trabalho de reconstruir os diferentes estilos de uma determinada época e suas variações de indivíduo para indivíduo. (MANNHEIM, 1986, p. 81, grifo nosso).

Repousa por trás de cada estilo de pensamento uma intenção básica<sup>7</sup>, isto é, uma maneira diferente de abordar o mundo, que é nascida das lutas e conflitos do grupo social portador desse estilo, de maneira que, segundo Mannheim, a “oposição de direita”, seja política, seja social, manifestada sob o estilo de pensamento conservador, além de se

<sup>5</sup> É difícil isolar por completo esses “assuntos”, já que eles estão entrelaçados no emaranhado teórico do integralismo proposto por Reale e, por isso, poderá ocorrer sobreposição num mesmo tópico.

<sup>6</sup> MANNHEIM, Karl. O Pensamento Conservador. In. MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 77-79.

<sup>7</sup> Id., *ibid.*, p. 82-83.



colocar contra o domínio político e econômico do capitalismo emergente, também se opôs a este na forma intelectual, criando uma “contralógica” ao racionalismo burguês. Essa reação conservadora é tipicamente visível no pensamento integralista de Reale como será visto nas próximas páginas.

Segundo Ferreira e Botelho<sup>8</sup>, não se deve, no entanto, confundir o conservadorismo com o tradicionalismo – este mais instintivo, sendo uma reação a tendências quaisquer de mudanças. O conservadorismo se trata de uma estrutura mental objetiva, condicionada historicamente, pois é maneira de pensar e agir em função do desenvolvimento da sociedade e, por isso, em contínua alteração, o que é nítido nas palavras de Miguel Reale<sup>9</sup>:

[...] é natural que a historia apresente oscillações e que a curva dos acontecimentos não se processe de maneira regular [...].  
A regularidade historica é um presente traiçoeiro do tempo [...].  
Somos nós, no entanto, que teimamos em ver o continuo onde ás vezes só pode haver o descontínuo e até mesmo o contradictorio. (REALE, 1936, p. 9-10).

O conservadorismo é uma reação ao pensamento liberal-burguês, opondo ao racionalismo os conceitos de história, vida e nação. Contra a racionalização universalizante o conservador coloca a irracionalidade da realidade. “Unidades coletivas como o Estado e a nação, concebidas pelo pensamento liberal-burguês numa chave individualista, são pensadas pelos conservadores como todos orgânicos, historicamente construídos”<sup>10</sup>.

Segundo Robert Nisbet<sup>11</sup>, algumas características substantivas do pensamento conservador – conservantismo para este autor – podem ser listadas desde o seu surgimento em oposição ao liberalismo burguês. Uma delas é a “prioridade social” sobre o indivíduo: para alguns conservadores seria até mesmo imoral vislumbrar a ordem social com base em direitos individuais, sendo os indivíduos “inseparáveis dos contextos sociais modeladores da família, do clã, comunidade e associação”<sup>12</sup>, pois há uma interdependência funcional entre esses elementos. Outra característica marcadamente

---

<sup>8</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Org.). **Revisão do Pensamento Conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

<sup>9</sup> REALE, Miguel. **Actualidades de um mundo antigo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

<sup>10</sup> FERREIRA; BOTELHO, op. cit., p. 12.

<sup>11</sup> NISBET, Robert. Conservantismo. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (Org.). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 118-165.

<sup>12</sup> Id., *ibid.*, p. 140.

conservadora é a “necessidade do sagrado”<sup>13</sup>: convicção de que nenhuma sociedade pode sobreviver sem alguma religião<sup>14</sup>. Também destaca a importância das associações intermediárias, já que a abolição das corporações medievais terminou por criar massas atomizadas a desorganizar a sociedade (a corporação tem papel especial no integralismo e, ainda mais, na vertente defendida por Reale). Além desses aspectos mencionados, é componente do estilo de pensamento conservador a valorização da hierarquia – o medo das massas e do caos social – e o historicismo – aqui tomado como sinônimo de veneração ao passado e às suas instituições e valores.

## 2.2 Liberalismo e contradição: o homem e o Estado

O estilo de pensamento conservador nasce de uma reação consciente e reflexiva ao estilo de pensamento do racionalismo moderno (liberal-burguês) fundado sobre o direito natural e pretensa racionalização total do mundo, bem como a identificação e aplicação de uma verdade com validade universal. A principal característica desse pensamento é que ignora os aspectos particulares do objeto e elimina o contexto das relações concretas, isto é, para o racionalismo o homem só é aquilo que o generaliza<sup>15</sup>. O racionalismo introduziu, portanto, a figura do homem abstrato em paralelo com o novo sistema econômico de produção de mercadorias – em contraposição com o homem medieval, que era visto como membro de uma comunidade orgânica, e que será resgatado pelo pensamento conservador.

Em *Formação da Política Burguesa*<sup>16</sup>, Reale faz uma história do liberalismo e de seus princípios teóricos e doutrinários. A crítica contundente ao liberalismo aparece por todo o texto, dando indícios da oposição a este estilo de pensamento. O indivíduo da visão liberal-naturalista é assim qualificado:

---

<sup>13</sup> Ibid., p. 142.

<sup>14</sup> O integralismo é enfaticamente espiritualista: “O Integralismo exige que todo camisa-verde seja espiritualista [...]”. REALE, Miguel. *Perspectivas Integralistas*. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas**: 1ª fase – 1931/1937. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, t. III, p. 34-35. “Dentro do materialismo não existe consciência moral. Onde não existe consciência moral não pode existir compreensão de liberdade. Eis porque o Integralismo se declara pelo espiritualismo, sem preferências de cultos e de crenças, mas exigindo de todos os seus adeptos a nota espiritualista”. REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**. São Paulo: Panorama, 1937, p. 140. Para mais detalhes sobre a importância da religião no Integralismo, ver: TRINDADE, Hélio. **A Tentação Fascista no Brasil**: imaginário de dirigentes e militantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 89 et seq.

<sup>15</sup> Cf. MANNHEIM, op. cit.

<sup>16</sup> REALE, Miguel. **Formação da Política Burguesa**: introdução ao estado moderno. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

Dá-se uma verdadeira confusão de termos: a natureza explica-se pela razão humana, mas esta acaba se confundindo com a natureza. O *humanismo* degrada-se em *naturalismo*. Toda a orgulhosa defeza dos valores autonomos do individuo vae por terra, inesperadamente. (REALE, 1934, p. 125, grifo do autor).

O naturalismo, para Reale, subjugou o homem e as ciências sociais ao mundo das leis físicas da natureza, sendo estas inevitáveis e sempre boas para alguns e péssimas para a maioria das classes sociais, mas que são entendidas como providenciais e unânimes<sup>17</sup>. Toda a ciência da sociedade e da política liberais, assim como tudo o que concerne ao homem da filosofia liberal deriva desta constatação básica. Para os liberais, “O Estado é uma excrescencia [...]”<sup>18</sup>, pois na natureza se encontram as leis deterministas do mundo físico e social, portanto este Estado é um mero depositário e defensor destas leis. “Todo o teleologismo desaparece porque a natureza é o reino dos fins, e os homens não passam de seus devotados servos: o mundo do *ser* absorve o mundo do *dever ser*...”<sup>19</sup>. A submissão dos homens às leis naturais provoca a separação entre a política e a moral – o que para Reale é a negação do Humanismo – e as ciências do homem se tornam “prisioneiras” do mundo físico.

A ideologia do século das luzes teria criado uma abstração do homem real, na forma de homem “cívico” ou homem “natural”:

[...] é o cidadão do universo, igual em toda parte, sem contacto com o mundo economico e geographico, sem religião e sem vícios, prompto a seguir as leis da natureza [...] para esse homem hypothetico que se proclama, com palavras sonoras, a liberdade, e burilam-se artigos sobre os direitos fundamentaes.  
Mas que especie e liberdade é essa? E’ o poder de querer e de agir, de inteferir na marcha dos acontecimentos, de traçar o rumo dos próprios destinos? (REALE, 1935b, p. 18-19).

Desse modo, as ciências humanas se vincularam passivamente às ciências físicas e por tudo se tentou explicar a sociedade de acordo com uma ou outra teoria de inspiração naturalista através de caminhos reducionistas. Essas “inversões lógicas” produziram uma confusão e criaram-se conceitos deturpados do homem, da liberdade e do Estado, que não se verificam na realidade. O enciclopedismo fabricou o tipo abstrato e ideal de homem. Montesquieu, Hobbes e Locke criaram o conceito negativo de liberdade: ao Estado não

<sup>17</sup> REALE, Miguel. **O Estado Moderno: liberalismo – fascismo – integralismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 13-17.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 16, grifo do autor.

cabe intervir na sociedade para criar as condições da liberdade, sendo esta apenas a ausência de obstáculos externos: “[...] o liberalismo é a systematização [...] do que o Estado não deve fazer”<sup>20</sup>.

Os conservadores, ao se constituírem como oposição ao estilo de pensamento liberal, criaram um conceito próprio de liberdade, atacando a ideia de igualdade que se colocava à sombra do conceito liberal:

Os homens são essencialmente *desiguais*, eles [conservadores] sustentam, desiguais em seus dotes naturais e habilidades e desiguais até o mais profundo cerne de seus seres. A liberdade, portanto, só pode consistir na habilidade de cada homem de se desenvolver sem impedimentos ou obstáculos de acordo com as leis e princípios de sua própria personalidade. (MANNHEIM, 1986, p. 116, grifo do autor).

O integralismo de Reale é partidário da tese da desigualdade essencial entre os homens: enfatiza as potencialidades de cada indivíduo e suas particularidades – o importante não é o que une os homens, mas o que os diferencia. Conforme Araújo<sup>21</sup>, o integralismo de Reale propõe uma visão qualitativa do homem, tendo seu ponto de partida no Renascimento e seu apogeu no romantismo do início do século XIX. Mannheim<sup>22</sup> já postulava que o conceito de liberdade calcado principalmente na desigualdade entre os homens é tipicamente romântico, porém o pensamento conservador vai, ao longo do tempo, transferir a liberdade “verdadeira”, perigosamente assumida pelo indivíduo, para os “verdadeiros portadores”, que serão as comunidades orgânicas mais amplas<sup>23</sup>:

Por essa razão, será feita depois uma tentativa de selecionar “liberdades” individuais ou corporativas qualitativamente diferentes, de tal forma que elas possam se subordinar a um princípio mais geral, representando a **totalidade** da sociedade [...].

A solução foi transformar a liberdade em um assunto referente apenas ao lado privado e subjetivo da vida, enquanto todas as relações sociais externas estavam subordinadas aos princípios da **ordem e da disciplina** [...].

A solução encontrada é a suposição da existência de um tipo de “**harmonia pré-estabelecida**”, **garantida** diretamente por Deus ou

---

<sup>20</sup> Ibid., p. 20.

<sup>21</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **In Medio Virtus**: uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988.

<sup>22</sup> MANNHEIM, 1986.

<sup>23</sup> As comunidades orgânicas no integralismo são denominadas de “grupos naturais”: “[...] nosso desejo é organizar o povo em suas associações naturais – que são as de ordem biológica, cultural, espiritual e econômica, como a família, o município e o sindicato [...]”. REALE, Miguel. *Atualidades Brasileiras*. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas**: 1ª fase – 1931/1937. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, t. III, p. 84-85.

pelas forças naturais da **sociedade e da nação**. (MANNHEIM, 1986, p. 117, grifo nosso).

Para Miguel Reale, “não existe o homem isolado, livre dos laços que o prendem á família, ao grupo profissional, ao meio physico-social e á pátria”<sup>24</sup>. Ainda sobre o conceito de liberdade do secretário de doutrina da AIB:

Amo tanto a liberdade que dia a dia a conquisto [...]. Porque só a liberdade conquistada é digna desse nome. Quem recebe de presente o direito de ser livre, sofre uma diminuição em sua própria dignidade [...]. O povo não pode recebê-la passivamente, mas sim conquistar a liberdade lutando junto, em harmonia, **com quem o dirige** [...].

Isto quer dizer que a liberdade, sendo condição essencial do aperfeiçoamento ético, é intangível, mas não exclui um fim a ser atingido para o bem do próprio ser humano [...].

Pois bem, a **disciplina** não é mais que a liberdade que já se traçou um fim [...].

Por conseguinte, não há erro mais grave que esse de colocar nas pontas de uma antinomia os princípios da “liberdade” e da “**autoridade**”. (REALE, 1983a, p. 83-88, grifo nosso).

Nessa passagem, não é difícil perceber a similitude entre o integralismo “realeano” e o estilo de pensamento conservador delineado por Mannheim e outros autores já mencionados. Notam-se, assim, os contornos e princípios do Estado Integralista.

Outro ponto interessante de se observar é a crítica que parte da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>25</sup>, mais especificamente dos artigos 2º e 4º, que, segundo Reale, ao proporem a conservação de direitos, presumem a existência de algo a ser mantido, sendo omissos quanto às condições efetivas para garantir os direitos daqueles que ainda não os possuem e, portanto, tendo função meramente negativa: “o que equivale praticamente a declarar que o Estado existe para aqueles que têm direitos, isto é, para uma classe de privilegiados”<sup>26</sup>. Portanto, o Estado só existe para aqueles que já possuem condições efetivas de gozar dos seus direitos e a sociedade fica dividida entre os que possuem a proteção do Estado e aqueles que, apesar de poderem alcançar algum dia essa condição, na realidade, não têm direitos. “Eis a que ponto conduziu a confusão entre o *mundo do ser* e do *dever ser*, entre o ideal e a realidade!”<sup>27</sup>. Nota-se claramente a oposição

<sup>24</sup> REALE, 1935b, p. 181.

<sup>25</sup> Para mais detalhes, ver: FRANÇA. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, de 26 de Agosto de 1789. Disponível em: <[https://www.senat.fr/lng/pt/declaration\\_droits\\_homme.html](https://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html)>. Acesso em: 14 out. 2016.

<sup>26</sup> REALE, op. cit., p. 88.

<sup>27</sup> Ibid. loc. cit., grifo do autor.

entre o concreto e o abstrato, típico do estilo de pensamento conservador<sup>28</sup>. “Aquelles que mais necessitam da protecção do Estado nada podem esperar dele. [...] o Estado perde a função ethica de realizar autarchias, para ser ‘a policia das liberdades da minoria’”<sup>29</sup>.

### 2.3 Liberalismo: democracia, direito e economia

Miguel Reale desenvolve uma crítica contundente às instituições da democracia liberal, a começar pelos partidos políticos: eles seriam inúteis, pois as instituições criadas “naturalmente” através das aspirações profissionais já existem na sociedade, bastando que a representação se concentre nas mesmas. Os partidos seriam agremiações sem nenhuma diretriz ideológica, distantes da sociedade, reunidos sazonalmente à época das eleições, de fins escusos e particulares perseguidos através de negociatas secretas<sup>30</sup>.

Segundo Reale, os partidos políticos são artificiais: se originam de interesses particulares e utilizam falsos programas e *slogans* de efeito a fim de atrair filiados e militantes ingênuos para a acumulação de votos – que são a matéria-prima do “mercantilismo político” na confecção do “produto deputado”. Ao mesmo tempo, são transitórios, pois ao passo como surgem, também desaparecem, durando apenas enquanto os rótulos geram efeitos e os mantêm segundo acordo dos dirigentes para a divisão privada das benesses eleitorais. Os partidos são heterogêneos, pois reúnem pessoas de todas as profissões e correntes de pensamento, unidos temporariamente pela propaganda, da qual a dimensão depende das posses desses particulares.

Os candidatos ao governo da coisa pública saem dos conchavos secretos dos bastidores, e apresentam-se a um eleitorado heterogêneo, o qual quase sempre se desinteressa pelos pleitos, ou então paga com o voto um favor recebido, ou com o voto conquista um protetor para as horas amargas, quando não põe em leilão o inexpressivo título de cidadania. E, assim, o cidadão troca a própria liberdade pela ilusória soberania de um segundo, do segundo que o Estado lhe concede para votar secretamente, como quem se esconde para praticar um crime. (REALE, 1983e, p. 18).

<sup>28</sup> “Uma das características mais essenciais desse modo de vida e desse pensamento conservador parece ser a forma como ele se apega ao imediato, o real, o *concreto*. [...]. Por outro lado, toda atividade progressista se nutre de sua *consciência da possibilidade*.” (MANNHEIM, op. cit., p. 111-112, grifo do autor).

<sup>29</sup> REALE, op. cit., p. 88-90.

<sup>30</sup> REALE, Miguel. Perspectivas Integralistas. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas**: 1ª fase – 1931/1937. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, t. III, p. 15-67.

Ao contrário do que proclamava Rousseau, a soberania da representação permitiu a independência do eleito em relação ao eleitor, pois aquele representa a “vontade geral”, porém:

Ao envez da vontade geral, o que norteava a vida do Estado era a vontade dos dirigentes dos partidos. O povo votava ora em um grupo, ora em outro, procurando um interesse, ou então impellido pelos elementos psychologicos que se formam nos momentos eleitoraes, em virtude das pregações da imprensa, da tribuna e dos cartazes [...]. O partido é um meio de ligação artificial entre o governo e o povo. Ainda hoje se pensa que a vida partidaria é uma das realizações mais notáveis do demo-liberalismo, quando, na verdade, é o signal de um grande erro sociologico. (REALE, 1935b, p. 100).

Tendo sido mencionados os principais pontos da crítica promovida por Miguel Reale e seu pensamento eminentemente conservador, sob a insígnia do integralismo dos anos de 1930, é possível fazer uma síntese geral da organização da sociedade integral.

Para Reale, a “[...]’falsa democracia’ que o oportunismo politico não se esquece de endeusar”<sup>31</sup>, que foi propagada pelos pensadores do século das luzes, provém basicamente de três pontos básicos (não) promovidos pelo Estado: I) o Direito se torna mero conservador da ordem já existente<sup>32</sup> – Art. 2º e 4º da Declaração de 1789 – e não promove as condições jurídicas para o exercício da efetiva cidadania aos que nada possuem, tendo em vista que idealiza uma figura abstrata dos homens, considerando-os iguais em suas condições e desprezando suas particularidades e suas diferentes capacidades; II) a Economia, assim como as outras ciências do homem, é ditada pela natureza imutável das leis naturais e por isso o Estado é limitado a uma função acessória de fiscalização dos contratos firmados entre os homens livres (liberdade negativa), não tendo função social, isto é, não existindo um fim econômico-estatal, um “fim ético”<sup>33</sup>; e III) a Política, representada basicamente pelas instituições enganadoras do partido político e do voto secreto<sup>34</sup>, só concede ao homem o título provisório de cidadão no dia da votação, quando cada indivíduo é imbuído de uma soberania ilusória<sup>35</sup> para escolher seus representantes, que se unem por motivações particulares construídas de momento visando unicamente gerir a coisa pública para retirar vantagens pessoais, não possuindo

---

<sup>31</sup> REALE, 1937, p. 7.

<sup>32</sup> Id., 1935b, p. 78-90.

<sup>33</sup> Ibid., p. 13-24.

<sup>34</sup> Id., 1983e, p. 15-21.

<sup>35</sup> “Mussolini disse que a democracia liberal é o regimen que dá ao povo a illusão intermittente de ser soberano. Essa affirmação é verdadeira tanto no Brasil como nos demais paizes do globo”. (REALE, 1937, p. 63).

qualquer preocupação social nem compromisso com o representado, do qual fogem imediatamente ao término do pleito.

#### 2.4 Socialismo e comunismo: corolários da filosofia liberal

Para melhor compreender a visão integralista de Reale, é interessante que se observem as críticas que o autor faz às ideologias socialista e comunista. O socialismo, do qual Reale já foi um antigo interessado em seus tempos de estudante<sup>36</sup>, seria uma resposta ao desenvolvimento do capitalismo, porém sob a mesma lógica:

O *socialismo*, que, nos primeiros annos, do seculo, representára um coeffericiente notavel de ideal ethico, corrompeu-se como decalque servil da sociologia burgueza. A civilização burgueza bifurcava-se em duas direcções aparentemente antagonicas. Na realidade, eram dois irmãos gemeos disputando as heranças do século XVIII e as promessas da Revolução Franceza... (REALE, 1935b, p. 25, grifo do autor).

Assim como o liberalismo abstraiu o homem, enxergando-o apenas em seu caráter político ou cívico, “o socialismo é a doutrina do *homem econômico*”<sup>37</sup>. Reale entende o socialismo como vulto do naturalismo, irmão da fisiocracia e do liberalismo, sendo vertente marxista seu último grau de desenvolvimento, que adota o cientificismo exacerbado, devendo combater “em nome da ciência”<sup>38</sup>. O socialismo marxista é o naturalismo elevado, pois enxerga leis na sociedade capitalista que engendram a sua fatal destruição (determinismo econômico), elevando-se assim ao nível das ciências naturais. Se por um lado o socialismo é cientificista, também é alçado ao nível do sagrado, já que seus adeptos “[...] são crentes fervorosos dessa religião econômica, da qual ‘O Capital’ é o Alcorão e Marx o profeta”<sup>39</sup>.

O caráter internacionalista do socialismo também é posto em cheque pelo integralismo, movimento eminentemente nacionalista:

As “Internacionaes”, e as greves antipatrioticas, tudo fazia crer que o sentimento de pátria fosse estranho ao coração do proletariado, unicamente preocupado com as necessidades de seu estomago [...]. Com a Grande Guerra, o mytho do internacionalismo classista desapareceu completamente, pois os operarios francezes, allemães, inglezes, italianos, russos, etc., em logar de obedecerem ás ordens da

<sup>36</sup> Cf. ARAÚJO, 1988.

<sup>37</sup> REALE, 1983a, p. 93, grifo do autor.

<sup>38</sup> Id., 1935b. p. 25-28.

<sup>39</sup> Id., 1937, p. 111



“Internacional” que aconselhava a usar das armas para a implantação do regimen comunista, combateram valorosamente nas linhas de vanguarda, e souberam heroicamente morrer pela Patria, com grande e irremediavel desapontamento dos marxistas de todos os matizes, especialmente daquelles que se atrevem a julgar o operario de accordo com a baixeza dos próprios instinctos. (REALE, 1937, p. 110-111).

Para Reale, a Nação é uma realidade perene, um fato “[...] superior á consciencia de classe”<sup>40</sup>, e os “verdadeiros” socialistas perceberam isso através da vivência na Primeira Guerra Mundial, compreendendo que era possível fundir nacionalismo e fascismo numa nova ideologia: “E’ a crise interior de um Mussolini e de um Hitler, a visão maravilhosa do Fascismo”<sup>41</sup>.

O marxismo continua, pois, a obra do liberalismo, rumo à destruição do estado e à supressão das classes. O sindicalismo promovido pela ideologia socialista “[...] não é a expressão da nação que se organiza, e sim um instituto técnico encarregado de coordenar as atividades produtivas”<sup>42</sup>.

O Integralismo, como será colocado em seguida, apesar do seu intervencionismo, contrário à livre concorrência, aproximando-se do socialismo nesse aspecto, distancia-se do mesmo, pois “[...] em lugar de destruir a propriedade, [...] quer a disseminação da propriedade”<sup>43</sup>.

O bolchevismo, assim como o fascismo, é qualificado por Reale como uma das expressões do Estado Moderno, em contraposição ao Estado Jurídico do liberalismo. A diferença básica entre fascismo e bolchevismo é que “[...] o primeiro marca a reação do Estado contra as organizações que o queriam absorver; o segundo é o resultado da absorção da máquina do Estado por uma das organizações, a do proletariado”<sup>44</sup>.

O integralismo de Miguel Reale, em última instância, enxerga o socialismo como a supressão total do indivíduo, sendo a vertente do “[...] ‘bolchevismo stalinista’ [...] a forma mais hedionda de capitalismo de Estado, explorando o trabalho forçado de operarios e camponeses”<sup>45</sup>. Assim, através de uma feroz crítica ao comunismo, Reale qualifica o inimigo em relação a sua raiz:

---

<sup>40</sup> Id., 1935b, p. 145.

<sup>41</sup> Ibid, loc. cit.

<sup>42</sup> Id., 1983a, p. 97.

<sup>43</sup> Id., 1983e, p. 24. “Socializar é fazer com que da propriedade se beneficiem todos os indivíduos, e não a entidade abstrata – Estado. Pensando bem, os verdadeiros socialistas somos nós [...]”. Id., 1983a, p. 98.

<sup>44</sup> Id., 1983e, p. 59.

<sup>45</sup> Id., 1937, p.114.

[...] a decomposição comunista coincide com a decomposição da liberal-democracia que lhe deu origem. Um é o cão, a outra é a dona do cão...

Eis porque devemos espancar o cão quando vier morder, mais depois, ajustar contas com o dono que deixa andar o animal solto sem corrente e fucinheira.

Em verdade, não ha outro meio de acabar com o comunismo senão acabando de vez com a democracia-liberal, terreno propicio ao desenvolvimento de todos os microbios virulentos. (REALE, 1937, 115-116).

Para Reale, o Integralismo, mesmo adotando a prática socialista em alguns setores – notadamente o da economia dirigida e o Estado de fins próprios –, entra em choque com diversos pontos desta ideologia, dentre os quais se destacam a limitação da propriedade, o ateísmo, a abolição da família, o internacionalismo e o materialismo.

## 2.5 Capitalismo, Nazi-fascismo e Antissemitismo

### 2.5.1 Reflexões: Reale, a AIB e Mussolini

São comuns, entre os trabalhos acadêmicos sobre o Integralismo, as investigações minuciosas que buscam esclarecer as ligações da AIB e seus membros com o nazi-fascismo europeu. O trabalho pioneiro de Trindade<sup>46</sup> já deixou claras as associações entre o Integralismo de Miguel Reale e o Fascismo italiano. Oliveira<sup>47</sup> salienta, em seu artigo que trata da evolução dos estudos sobre o Integralismo, a existência de ao menos três interpretações diferente sobre a influência do fascismo na AIB, ressaltando inclusive a existência de uma leitura – provavelmente centrada nos textos de Plínio Salgado – que nega a tese do mimetismo defendida por Trindade, enxergando o Integralismo como gênese completamente autóctone.

Contudo, as relações mais gerais entre Fascismo e Integralismo são sempre objeto de interesse, de modo que a questão não é simples de ser contemplada, tanto pelas diferenças no contexto histórico europeu e brasileiro no início do século XX, como pelos limites impostos pela ação prática: a AIB jamais chegaria ao poder.

O tema é tão longamente discutido que o próprio Trindade, em publicação recente, reflexionou em torno da questão:

<sup>46</sup> TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

<sup>47</sup> OLIVEIRA, 2010, p. 123-124.

A esta altura recoloca-se a pergunta: existiram movimentos ou regimes na América Latina que podem ser designados como de tipo fascista? [...].

A reprodução do fascismo na América Latina pressupõe a demonstração de uma série precisa de exigências para a análise histórico-empírica da AIB e se estavam presentes na transição da sociedade brasileira, na conjuntura de 1932 a 1938 quando emergiu uma organização política de massa que poderia responder às demandas desta sociedade.

Assim que se rejeitamos a existência de *regimes políticos* fascistas na América Latina, podemos admitir a presença de *movimentos* fascistas na década de 1930. (TRINDADE, 2016, p. 56, grifo do autor).

Para Neto<sup>48</sup>, é preciso entender o fascismo como um conjunto de ideias e propostas que teve aceitação nas camadas médias brasileiras, principalmente nos jovens intelectuais graduados que ingressavam na vida pública: “Destá maneira, o fascismo de uma forma geral adquiriu um caráter extremamente atraente [...] considerado ‘modernizador’ e jovem, mas não contrário às tradições”<sup>49</sup>.

Especificamente sobre Miguel Reale, Beired<sup>50</sup> coloca que, ao desenhar o Estado Integral de forma técnica e rigorosa, o Secretário de Doutrina utilizava o fascismo como um manancial de experiências, considerando-o como uma tendência natural dos tempos modernos, uma vez que o Estado readquiria a sua soberania plena para realizar seus fins morais, tomando o lugar do arcaico Estado democrático-liberal que nada tinha a oferecer:

Ademais, para Reale, o Estado integral não era substancialmente diferente do fascista italiano. Tratava-se, em última análise, apenas de uma variante [...]. Considerando a Nação um complexo organismo integrado por forças biológicas, sociais, culturais, espirituais, morais e regionais, Reale defendia um Estado corporativo que expressasse tais dimensões da vida nacional. (BEIRED, 1999, p. 115).

Se o pioneiro trabalho de Trindade já permitia concluir as relações inspiradoras entre fascismo e integralismo no campo das ideias políticas, após o esforço trazido pelo trabalho de Bertonha<sup>51</sup>, não sobraram mais dúvidas de que o governo fascista italiano manteve intensas relações institucionais com a AIB. Bertonha se debruçou sobre documentos do consulado italiano em São Paulo e da embaixada no Rio de Janeiro,

<sup>48</sup> NETO, Odilon Caldeira. Miguel Reale e o integralismo: entre a memória militante e as disputas políticas. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 126, p. 178-186, nov. 2011.

<sup>49</sup> Id., Ibid., p. 179.

<sup>50</sup> BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o Signo da Nova Ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999.

<sup>51</sup> BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.21, n. 40, p. 85-105, 2001.

descortinando os meios palpáveis sobre os quais ficam compreendidas as influências dos elementos do fascismo italiano sobre o seu equivalente brasileiro. Tais arquivos demonstram a preocupação de Roma com a AIB, seja para identificar os pontos em comum com o governo do Duce, preocupando-se com o choque de ambos nacionalismos, seja de uma possível influência nazista, ou até mesmo para “[...] ajudar o Integralismo através de subsídios e da transferência de apoio aos ítalo-brasileiros sob a influência de Roma para o movimento”<sup>52</sup>. O governo italiano teria enviado ao Brasil um emissário com o propósito de estudar o integralismo, “[...] e este se impressionou com o movimento, defendendo o apoio ao mesmo para facilitar o seu controle, aumentar a influência italiana na política brasileira e, no limite, levar o Brasil para a órbita do Eixo”<sup>53</sup>. Ao longo do seu trabalho investigativo, Bertonha não deixa margem:

Os sinais de colaboração de Miguel Reale e de Plínio Salgado com os órgãos do governo fascista italiano em São Paulo são, portanto, conclusivos e nos ajudam a ver um dos caminhos concretos pelos quais o Fascismo italiano influenciou o pensamento e a prática política integralista. (BERTONHA, 2001, p. 90).

Especificamente sobre Miguel Reale, o trabalho ressalta que ele foi bem recebido na Itália – onde se refugiou após o fracasso da tentativa do golpe integralista contra Getúlio Vargas –, além de costumeiramente enviar obras com dedicatórias destinadas a Mussolini. Em nota, Bertonha explica:

A Reale era atribuído, pelo governo italiano, um papel-chave para a penetração e o desenvolvimento da influência fascista no Integralismo, dada a sua origem italiana e admiração pelo Duce e pelo Fascismo. Vide Relatório do Encarregado de Negócios Menzinger de 19/10/1936 in ASMAE/Affari Politici 1931-1945 (Brasile), b. 16. (BERTONHA, 2001, p. 101).

### 2.5.2 Raça e capitalismo financeiro

Em seu “O Capitalismo Internacional”, Reale faz uma história da gênese e do desenvolvimento do sistema capitalista, realçando a figura de outro inimigo: o capitalismo financeiro, supercapitalismo ou banqueirismo<sup>54</sup>. Assim como é

---

<sup>52</sup> Id., Ibid., p. 87.

<sup>53</sup> Id., Ibid., loc. cit.

<sup>54</sup> REALE, Miguel. **O Capitalismo Internacional**: introdução á economia nova. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

anticomunista, o Estado integral de Reale também é profundamente anticapitalista<sup>55</sup>. Na passagem sobre a economia do Terceiro Reich, Reale explica que, diferentemente do fascismo italiano, o problema econômico alemão foi transformado em um problema racista<sup>56</sup>. Logo mais, Reale nega o preconceito com os semitas, porém, de forma ambígua, os imbuí de uma suposta responsabilidade sobre o “financismo”:

Não ha duvida que, entre os maiores representantes do super-capitalismo, os semitas ocupam lugar de máximo destaque, cabendo-lhes absoluta hegemonia. A lucta contra o capitalismo envolve um combate formidavel contra certos sectores de Israel. Dahi não se póde concluir pela these racista. O problema é economico, e, mais do que economico, é ethico. Combater os judeus tão sómente por serem judeus não nos parece justificavel, pois seria julgar os homens pelos aspectos exteriores e materiaes da côr e do formato do craneo, o que repugna a um espiritualista. (REALE, 1935a, p. 129).

Noutra passagem, de volta ao Estado Moderno, mais uma colocação referente aos judeus:

O Estado, hypothecado em uma longa serie de empréstimos, é um simples empregado do Estado super-nacional-capitalista, cujos primeiros ministros são quasi todos da raça judaica. E’ este Estado que age no Brasil confusionista e na Russia soviética, agita-se ate a reacção hitlerista e procura uma passagem no rigido systema de Roosevelt<sup>57</sup>. (REALE, 1935b, p. 110).

Embora o antissemitismo seja negado em seu conteúdo mais essencial, isto é, Reale nega o ódio ao judeu unicamente por ser judeu, nota-se que o judeu está presente no elenco dos inimigos do seu integralismo, seja como agente financeiro do capitalismo internacional, integrantes da burocracia estatal, seja na imprensa<sup>58</sup>. Enfim, parece que os judeus, espalhados por pontos estratégicos da sociedade liberal ou socialista, constituem impeditivo para o florescer do Estado fascista ou integralista<sup>59</sup>, denotando um tom de

<sup>55</sup> “[...] não é possível pensar na melhoria da classe trabalhadora sem se encarar de frente e corajosamente o problema do Capitalismo, em relação ao qual tanto os Estados como a grande maioria dos criadores de riquezas não passam de simples assalariados, senhores de ilusórias soberanias e de não menos fictícias liberdades.” Ibid., p.9.

<sup>56</sup> *ibid.*, p. 129.

<sup>57</sup> “Como bem observou Tristão de Athayde, o plano economico de Roosevelt [“New Deal”] não é mais que um fascismo á maneira ‘yankee’”. (REALE, 1935b, p. 131).

<sup>58</sup> “A **imprensa semita** não deixou de contribuir muitissimo para crear esse ambiente de sympathia em torno da experiencia sovietica”. (REALE, 1937, p. 112, grifo nosso).

<sup>59</sup> “Depois chega a vez de Portugal, e em seguida, Hitler aniquila definitivamente o **nucleo comunista-judeu** de sua terra, iniciando uma poderosa obra de reconstrução nacional, á custa de innenarraveis sacrificios.” (Ibid., p. 112-113, grifo nosso).

conspiração, tanto que os judeus também são favorecidos pelos grevistas: “Mas qual é o resultado pratico das greves? Pregam-na os agitadores que precisam de acirrar o odio e lançar a semente da discordia para desagruvar as forças da Nação e favorecer o **dominio judaico**”<sup>60</sup>.

Contudo, Reale nega que o integralismo seja um movimento racista, afirmando que os camisas-verdes se distanciam de qualquer preconceito de raça, pois se devem julgar os homens pelos seus valores morais e cívicos, não pelos aspectos exteriores e, pelo caractere nacionalista, não era possível que fossem partidários do racismo:

No Brasil, onde se reúnem e se fundem todas as etnias para dar ao mundo o homem cósmico da civilização americana tropical, a teoria das raças superiores revela-se em toda a sua fraqueza. Já tivemos e temos provas do poder criador do homem negro no campo da ciência, da arte e da política; e a participação na vida cultural do país de filhos de imigrantes antigos ou recentes, com o seu acendrado amor à terra nativa, mostra de sobejo a relatividade da tão decantada “voz do sangue”. (REALE, 1983e, p. 34).

O contexto europeu seria particularmente belicoso e por isso viveria de desconfianças e preconceito racial, muito diferente do caso brasileiro, pois que “[...] do Hitlerismo podemos tirar algumas lições em matéria de organização política e financeira, mas não sabemos em que nos poderia ser útil a tese da superioridade racial [...]”<sup>61</sup>

Apesar de se encontrarem elementos que fazem referência a uma conspiração judaica em andamento, Miguel Reale refuta o antisemitismo, preocupando-se mais com os aspectos teóricos e administrativos da nova sociedade. Diferente dele, a vertente integralista proposta por Gustavo Barroso foi explicitamente antisemita<sup>62</sup>. O “chefe”, Plínio Salgado, também foi fervoroso antisemita, como se observa em suas palavras, citado por Magalhães em texto sobre a batalha entre comunistas e integralistas na Praça da Sé:

Declarei solenemente a guerra contra o judaísmo organizado. É o judeu o autor de tudo. [...] fomos agora atacados, dentro de São Paulo, por

<sup>60</sup> Ibid., p.129, grifo nosso.

<sup>61</sup> REALE, Miguel. Nós e os Fascistas da Europa. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas: 1ª fase – 1931/1937**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, t. III, p. 223-233.

<sup>62</sup> Para mais detalhes, ver: CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. São Paulo: USP/FFLCH, 1992 (Dissertação de Mestrado em História).

uma horda de assassinos, manobrados por intelectuais covardes e judeus. Lituanos, polacos, russos, todos semitas, estão contra nós.<sup>63</sup>

## 2.6 A caminho do Estado Integral

### 2.6.1 História, política e axiologia

Antes de iniciar a análise dos principais aspectos organizativos da nova sociedade proposta por Reale, é necessário ter em vista a sua concepção de história – definição esta que servirá de apoio para entender a interpretação que o autor propõe para o integralismo. Para Reale, assim como para os conservadores, em geral, a história não pode se resumir a explicar os fatos segundo leis evolutivas, tomando um ou outro aspecto para determinar o processo histórico, dada a irracionalidade da realidade<sup>64</sup>, sua descontinuidade e imprevisibilidade – que provaria a condição livre e imperfeita do homem<sup>65</sup>, a que só pode ser captada através da concepção integral da história:

[...] o que denomino “concepção integral da historia”, cujo merito consiste em possuir um methodo totalitario que procura sempre o complexo das causas, a acção dos multiplos factores, uns relativamente a outros; em reconhecer que não é possivel escrever a historia julgando os acontecimentos de um cyclo humano qualquer sem dar atenção aos ideaes nelle actuantes; em não admittir a possibilidade de traçar leis simples fixando o rythmo ou as phases do progresso [...] em confessar que o imprevisto é tambem uma constante na historia. (REALE, 1936, p. 28).

No entanto, afastadas as possibilidades de entender a história segundo um processo fatal (marxismo) ou como simples enumeração absoluta de fatos (positivismo)<sup>66</sup> – dada a condição humana –, existem valores absolutos de ordem moral: “[...] que atravez das mutações se descobre a permanencia dos valores absolutos do espirito e da ordem moral que não podem ser reduzidos ao processo histórico [...]”<sup>67</sup>. São justamente esses

<sup>63</sup> MAGALHÃES, Mauro. Sangue na Praça da Sé. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 nov. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0111200904.htm>>. Acesso em: 15 out. 2016.

<sup>64</sup> Cf. FERREIRA; BOTELHO, 2010, loc. cit.

<sup>65</sup> REALE, 1936, p. 7, et. seq.

<sup>66</sup> Segundo Reale, as filosofias dos século XIX fizeram apenas análises, mas não conseguiram completar a síntese: “Olhou o organismo social de muitos pontos de vista, sem reunir resultados em uma unidade superior. O vicio analytico apparecia desde a consideração do homem, olhado separadamente em suas funções juridicas, economicas, ethicas, religiosas e estheticas. Nossos avós viram predomínio onde só pode existir complemento”. Id., 1935b, p. 30-31.

<sup>67</sup> Id., 1936, p. 28-29.

valores perenes<sup>68</sup> dos quais a filosofia liberal esqueceu de dar conta e que o integralismo vai resgatar para a construção da nova sociedade, pois a história integralista tem uma finalidade: a análise histórica só é possível com o compromisso de entender o que o homem deve ser segundo o resgate desses valores morais<sup>69</sup>.

O integralismo de Reale propõe justamente enxergar o homem como um todo, não apenas sob um aspecto. Reconhecer, através das diferenças, da descontinuidade da história, o que é comum aos homens, seus valores mais profundos. Por isso, a política integralista pretender unir-se novamente à moral. Os “fins éticos” nortearão a sociedade que é representada pela “nação” – e a nação é o Estado, liderado pelo “chefe”. Este deve saber cuidar das agruras da sociedade não apenas do ponto de vista de um fato particular mas tendo em vista a supremacia dos “fins éticos”:

A sciencia politica fornece os meios de acção; a moral nos guia na escolha dos fins. Ao conjuncto da sciencia politica e da moral, podemos dar a denominação genérica de *Politica Integral*. [...] errará o estadista que iniciar uma reforma economica, sem considerar os factos sociologico-moraes que a ella estiverem unidos. (REALE, 1935b, p. 46-47, grifo do autor).

A ciência política, unida à moral, é considerada uma ciência superior às demais ciências do homem. Ela tem o poder (e o dever) de sintetizar todos os dados provenientes dos trabalhos das demais ciências e uni-los de acordo com os valores morais que a sociedade integral resgatará:

*Mas deve haver necessariamente uma sciencia superior ás anteriores, para processar a synthese das syntheses, uma sciencia que reúna os dados da economia, da estatística, do direito, etc., em um conjuncto para realização geral dos fins que cada uma dellas procura em particular. Esta sciencia é a Politica, cujo indice dominante é a synthese, cujas leis são sobretudo leis ethicas.* (REALE, 1935b, p. 49, grifo do autor).

A política é denominada de “política integral”, pois reflete “[...] as manifestações éticas, econômicas, religiosas e culturais de um povo, subordinando-se à moral”<sup>70</sup> e não enxerga o indivíduo de forma isolada na sociedade, pois ele só é livre “[...] quando age através de seus grupos naturais: a família, o sindicato, o município, a província, a

---

<sup>68</sup> Segundo Mannheim: “[...] os conservadores conhecem o passado como sendo algo que existe com o presente; conseqüentemente, sua concepção de história tende a ser mais espacial do que temporal; ela enfatiza mais a **coexistência** do que a sucessão”. (1986, p. 123, grifo nosso).

<sup>69</sup> REALE, op. cit., p. 14-15.

<sup>70</sup> Id., 1983a, p. 101.



Corporação, a Nação”<sup>71</sup>. O estado e o indivíduo seriam, simultaneamente, meio e fim: “o indivíduo encontra no Estado os meios de alcançar a autarquia, o desenvolvimento completo da personalidade; o Estado mediante os indivíduos, realiza a síntese dos valores morais, dos deveres comuns”<sup>72</sup>. A política integral deriva do fascismo:

A nova política contém todas as anteriores e as supera, conforme a expressão de Alfredo Rocco, que vê, com razão, no fascismo uma das afirmações mais fortes dessa tendência do mundo para o Estado que nós preferimos denominar “integral”, porque se identifica com a Nação, refletindo as manifestações éticas, econômicas, religiosas e culturais de um povo, subordinando-se à moral. (REALE, 1983a, p. 101).

## 2.6.2 Economia integral

O integralismo, assim como os outros movimentos fascistas europeus, surge diante de um contexto que pôs em cheque o liberalismo econômico após a Crise de 1929. Assim, o problema econômico é parte central da análise de Miguel Reale. Para ele, há uma componente comum entre o fascismo, o nazismo, o comunismo e o *New Deal* de Roosevelt, qual seja, a economia dirigida. Existe, portanto, a convicção de que o Estado precisar intervir economicamente para que seja possível a nova sociedade. Dito isso, Reale vai tratar de diferenciar a proposta integralista das demais para o direcionamento da economia.

O caso norte-americano dirige a economia de “cima para baixo”, sem reformar o Estado e sem integrar as unidades produtoras (corporações). Na União Soviética, o estado age como único capitalista, fazendo predominar uma classes sobre as outras, já a economia corporativa (“economia nova”<sup>73</sup>), pretende:

Um systema de economia dirigida pelos proprios productores organizados em organismos institucionaes, com a collaboração do Estado, a quem se attribue a funcção soberana de resolver os antagonismos e defender o interesse nacional em sua totalidade; é a economia dirigida do typo corporativo ou integralista [...].

Economia corporativa é a que estabelece a responsabilidade do productor perante o Estado, segundo normas fixadas por este em collaboração com a totalidades dos productores nacionaes organizados,

---

<sup>71</sup> Id., 1935b, p 151.

<sup>72</sup> Id., 1983a., p. 101.

<sup>73</sup> “A Economia Nova é uma afirmação da **vontade do homem** subordinando a si os factos, depois da **razão** ter penetrado nas leis que regem esses mesmos factos. Mas dizer que a Economia Nova está subordinada ao Homem é dizer que ella está subordinada á Moral. Humanizar quer dizer moralizar a economia”. Ibid., p. 57, grifo do autor.

de maneira a garantir tanto a iniciativa privada como as exigencias do consumo e a potencia da Nação. (REALE, 1935a, p. 165-167).

Os “organismos institucionaes” a que Reale se refere são as corporações. Não são os sindicatos, mas a reunião de representantes destes em nível nacional, desde as municipalidades até a “câmara corporativa” – uma espécie de substituta para a câmara dos deputados. Sendo assim, não se trata de um corporativismo do tipo medieval, “[...] as corporações não produzem mas orientam a produção”<sup>74</sup>.

A economia corporativa nega a possibilidade do equilíbrio de mercado proposta pelos interesses individuais sem a intervenção do Estado, é “[...] contra o **providencialismo naturalista e a abdicação da vontade humana**”<sup>75</sup>, é contra a finalidade econômica da satisfação dos interesses individuais, porém nega “[...] que seja possível uma **economia humana** sem a garantia da **iniciativa privada** como regra social[...]”<sup>76</sup>, contudo o produtor privado também é responsável perante a Nação.

O Estado deve garantir a ordem econômica, o salário justo, além de perseguir “fins éticos e espirituais”, sendo que a colaboração entre as classes é, ao mesmo tempo, “[...] condição e o objectivo da economia”<sup>77</sup>.

O dirigismo da Economia Nova vai além de organizar a sociedade e “colaborar” com a sua representação produtiva em torno das corporações – intervindo na iniciativa privada. O integralismo de Reale, embora reconheça a iniciativa individual, é estatizante:

O Integralismo é contra a livre concorrência que reduz o trabalho a uma simples mercadoria e obriga o operário a aceitar as condições humilhantes impostas pela cobiça dos patrões [...].

[...] há forças econômicas que envolvem interesses supremos da Nação não podendo absolutamente atuar fora do âmbito do Estado. Daí a necessidade da nacionalização das quedas de água, do aparelhamento bancário, das empresas elétricas, de determinados meios de transporte, das minas; e a fiscalização direta sobre a exploração dos gêneros de primeira necessidade a fim de se evitar a criminosa atividade de açambarcadores.

A revisão das tarifas alfandegarias deve obedecer ao predomínio do *social* sobre o *individual* [...].

Condição essencial e primeira de toda essa política econômica é a solução corajosa do problema das dívidas externas, cujos contratos devem ser revistos [...].

---

<sup>74</sup> Ibid., p. 165.

<sup>75</sup> Ibid., p. 150, grifo do autor.

<sup>76</sup> Ibid., loc. cit., grifo do autor.

<sup>77</sup> Ibid., p. 151.

“Brasileiros, despedacemos as algemas do capitalismo que nos escraviza e proclamemos a independência econômico-financeira da Nação!” (REALE, 1983e, p. 24-25, grifo do autor).

Segundo Reale, a riqueza vem do trabalho, seja este trabalho “do braço”, da inteligência ou do capital, mas todos os trabalhadores devem passar pelo crivo estatal que, através das corporações, regularia a justa remuneração de cada trabalhador através de acordos coletivos que teriam peso de lei e teriam validade para todos os trabalhadores daquele setor, sindicalizados ou não<sup>78</sup>.

### 2.6.3 Representação, corporativismo, eleições e voto

Para Miguel Reale, a representação deve se dar por meio do corporativismo. Os representantes não provêm de partidos artificiais, mas dos ramos da atividade econômica, isto é, formariam um agrupamento natural reunido em torno de interesses comuns. Os grupos profissionais, comparados aos partidos políticos, possuem características superiores capazes de promover a efetiva representação, já que são naturais, permanentes, homogêneos e exprimem todas as atividades da nação:

[...] são *naturais* porque resultam da identidade de fins e da comunhão dos meios de ação; *permanentes* porque o trabalho é uma constante, é o estado normal dos homens em sociedade, devendo os trabalhadores ter órgãos próprios para expressão de seus direitos e conhecimento de seus deveres; *homogêneos* porque reúnem pessoas que não visam outro fim a não ser o resultante da natureza da atividade intelectual ou produtiva a que se dedicam; e *estão em condições de exprimir a vida total da Nação*, porque desde as vilas mais remotas às metrópoles do litoral, estende-se a rede do trabalho, dando origem, pela razão natural das coisas; aos agrupamentos jurídicos dos agricultores, camponeses, operários, industriais, etc., etc. (REALE, 1983e, p. 19-20, grifo do autor).

Desse modo, o grupo profissional seria tão natural como o grupo biológico (família), e por isso a representação deve ter bases corporativas. A representação partidária, sazonal e artificial, deriva do constitucionalismo que “[...] cria para organizar. No fundo, não é a sociedade real que se organiza, mas sim o que artificialmente dentro dela se criou”<sup>79</sup>.

<sup>78</sup> Id., 1983e, p. 25, et. seq.

<sup>79</sup> REALE, Miguel. Corporativismo e Unidade Nacional. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas**: 1ª fase – 1931/1937. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, t. III, p. 235-242.

Por outro lado, no modelo corporativo, o Estado não tem como base uma variável artificial (partido), mas é posto “[...] em relação a uma *constante*. Essa constante é o *Trabalho*”<sup>80</sup>. Dessa forma, o corporativismo não cria, mas organiza o que já existe em torno das profissões. Essa característica do corporativismo o torna superior às democracias liberais ou ao socialismo, já que cria uma espécie de solidariedade orgânica<sup>81</sup>:

Enquanto que o corporativismo é uma ordenação da realidade, o democratismo liberal ou socialista não realiza mais que uma ligação passageira entre agremiações partidárias artificiais. As consequências relativamente à questão da unidade nacional são claras. Neste atormentado *regimen* de partidos e de feudos, a unidade que existe é a *mecânica*, nunca uma unidade *orgânica* [...].

Se é verdade que uma sociedade, quanto mais progride, tanto mais acentua a *divisão do trabalho*, não é menos verdadeiro o ensinamento que nos mostra que a *divisão do trabalho* tem como consequência uma *solidariedade orgânica* entre os homens, produzindo uma crescente *integração dos círculos sociais*. (REALE, 1983b, p. 239-240, grifo do autor).

Os agrupamentos profissionais devem ser considerados nas três esferas administrativas: município, província e Nação. No nível municipal, é o sindicato que agrupará os indivíduos, conforme seu campo de atuação<sup>82</sup>. As federações sindicais reúnem, no nível provincial, os sindicatos municipais, havendo uma federação sindical da província para cada ramo de atividade; e, no âmbito nacional, as várias federações sindicais das províncias irão compor a confederação nacional daquele ramo profissional. A corporação é um organismo nacional no qual se reúnem representantes do mesmo ramo de atividade, empregados e patrões, oriundos das respectivas confederações<sup>83</sup>.

<sup>80</sup> Id., Ibid., p. 239, grifo do autor.

<sup>81</sup> Para mais detalhes sobre solidariedade mecânica e orgânica, ver: DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. É notável a quantidade de referências que Reale faz à concepção sociológica de Durkheim, chegando a citá-lo diretamente para exemplificar as vantagens da representação baseada na divisão social do trabalho, além da própria menção ao “fato social”. No entanto, isso não quer dizer que Reale seja um “durkheimiano”. As interpretações sobre os aspectos políticos da obra de Durkheim são muito diversas, quando não opostas, tendo ele sido acusado de colaborar com as teorias fascistas, além de ser relacionado também com o liberalismo e o conservadorismo. Para mais detalhes desta discussão, ver: WEISS, Raquel Andrade. Perspectivas sobre a Política na Teoria de Émile Durkheim. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**: BIB. São Paulo, n. 71, p. 45-67, 1º semestre de 2011.

<sup>82</sup> Somente um sindicato por ocupação profissional é reconhecido pelo Estado.

<sup>83</sup> “Se todos os sindicatos de motoristas, da província de São Paulo se reunissem, nós teríamos a ‘Federação dos Motoristas’, e, por fim, a ‘Confederação Nacional dos Motoristas’. Pois bem, não são somente os motoristas que têm os seus interesses ligados ao problema do transporte commercial, pois ha empresas patronaes, companhias ferroviarias, etc., etc. Quando os representantes desses varios grupos interessados se reúnem para resolver sobre os problemas communs, surge a *Corporação*.” (REALE, 1937, p. 100-101, grifo do autor).

O voto secreto, expressão da soberania criada artificialmente pelo liberalismo constitucionalista, trata os homens individualmente e os considera como iguais, o que, para Reale, é um erro que o corporativismo vai contornar: “Na sociedade real, ao contrario, isto é, na rêde interdependente das actividades individuaes e grupalista, cada homem tem um valor proprio, especifico [...]”<sup>84</sup>. O voto universal é posto em cheque pois não considera a particularidade do indivíduo, sua função, suas preocupações e suas capacidades, transformando-o, no dia programado pelo governo, no eleitor que “[...] veste a toga de cidadão, deixa de ser o que é, para ser igual aos demais, - *e vota*”<sup>85</sup>. Por isso, o cidadão eleitor não é o mesmo homem do dia anterior, não é o homem em si, já que se veste de uma “consciência coletiva”, suggestionada pelo clima da eleição, “[...] pelo trombetear dos radios, pelos cartazes berrantes, pelo vozerio da turba”<sup>86</sup>. O clima criado à época do pleito induz o eleitor, logo o resultado eleitoral não pode ser legítimo, pois “[...] não exprime a *vontade normal do povo*, mas um determinado estado de espirito colectivo em um momento dado, variavel e incerto”<sup>87</sup>. O espírito coletivo, derivado do sufrágio universal, escraviza o indivíduo pela propaganda que o induz a um estado psicológico que não é o seu normal, e assim “[...] toda eleição é uma exploração vergonhosa de estados de alma, de sentimentalismos populares”<sup>88</sup>. Na eleição, não importa o programa partidário, mas sim os recursos de cada partido: “Na democracia liberal, não triumpha nem a capacidade moral, nem a cultura. O vencedor é quem já possui uma reserva das batatas”<sup>89</sup>.

Ao passo que o partido traduz somente interesses particulares e regionalizados, reunindo indivíduos os mais diferentes por um acordo oportunista e não tendo qualquer preocupação programática – “[...] os partidos não conseguiriam tratar de doutrina, pois a quasi totalidade dessa gente não acceitou as ‘premissas ideologicas’ do partido, mas sim as ‘primicias de emprego’”<sup>90</sup> –, a corporação é o órgão de Estado que visa representar e solucionar os problemas da sua categoria, mobilizando os indivíduos por seus interesses legítimos e permanentes, não tendo a preocupação temporária do mandato eletivo e permitindo, pois, que o povo se reúna para governar de forma racional, ao longo de vasto período de tempo:

---

<sup>84</sup> Ibid., p. 39.

<sup>85</sup> Ibid., p. 43, grifo do autor.

<sup>86</sup> Ibid., p. 44.

<sup>87</sup> Ibid., p. 45, grifo do autor.

<sup>88</sup> Ibid., p. 46.

<sup>89</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>90</sup> Ibid., p. 67.

“[...] moraliza o voto, pois crê o interesse no eleitor que sabe que o representante por ele escolhido irá falar em seu nome, tratar de seus problemas, cuidar de seus direitos, cuidar de suas necessidades: o partido é elemento de *corrupção*, a Coporação é factor de *moralização*”. (REALE, 1937, p. 103-104, grifo do autor).

As corporações reunidas integrariam a Câmara Corporativa, órgão máximo da república integralista, encarregado da eleição indireta do presidente da república<sup>91</sup>. Ao lado desta câmara, haveria o Conselho Nacional, espécie de senado, onde se reuniriam as corporações não-econômicas, de intelectuais, artistas e religiosos<sup>92</sup>.

O sindicato teria funções políticas – indicando representantes aos conselhos econômicos e à Câmara Corporativa –, funções econômicas – confecção de contratos coletivos –, culturais – criando bibliotecas, escolas, cursos técnicos, centros de esporte e lazer – e morais – promovendo a resolução dos conflitos na base da cooperação e da solidariedade nacional. Os trabalhadores, organizados nos sindicatos de “funções obrigatórias”, não teriam direito à greve – “A greve é o delírio vermelho produzido pelo desespero proletário”<sup>93</sup>. Caso as corporações não entrassem em comum acordo sobre seus conflitos, haveria, em segunda instância, a Magistratura do Trabalho.

## 2.7 Algumas interpretações possíveis

Antes do fim deste capítulo, é preciso repassar algumas interpretações possíveis sobre a visão que Miguel Reale tinha do Integralismo enquanto membro e doutrinador da AIB. O trabalho mais antigo é o de Ricardo Benzaquen de Araújo<sup>94</sup>, um estudo sucinto da produção intelectual de Reale em que o autor diferencia a visão do integralismo “realeano” dos outros principais autores (Plínio Salgado, o “Chefe”, e Gustavo Barroso, chefe das milícias), centrado, principalmente, na análise das obras “O Estado Moderno” e “Formação da Política Burguesa”.

Para Araújo, Reale se distingue dos demais doutrinadores pelo seu ponto de vista conservador, enquanto o integralismo de Salgado e Barroso seria mais próximo do totalitarismo – modelo que busca resolver as questões sociais construindo uma nova ordem onde os indivíduos passem a “[...] conviver essencialmente como iguais, ou

---

<sup>91</sup> Id., 1983e, p. 64.

<sup>92</sup> Id., 1937, p. 98-99.

<sup>93</sup> Ibid., p. 128.

<sup>94</sup> ARAÚJO, 1988.

melhor, mais do que iguais, idênticos<sup>95</sup>, o que é substancialmente diferente do que propõe Reale. Segundo Araújo, a visão de Reale é mais parecida com outra vertente do fascismo, a “planificadora”<sup>96</sup>, baseada no “[...] corporativismo laico, conservador e autoritário, capaz de moderar as diferenças e os conflitos econômicos, e dessa forma, enfrentar, racionalmente e pragmaticamente, a ‘questão social’”<sup>97</sup>.

Segundo Ramos<sup>98</sup>, a formação intelectual de Reale, com sólido conhecimento de autores nacionais e internacionais, propiciou que suas obras ultrapassassem o nível doutrinário de outros textos integralistas e se pusesse, de fato, a tentar resolver os problemas sociais de sua época. Ramos, ainda que em menor grau, também reconhece o caráter conservador das ideias de Reale, mas que, “[...] embora revestidas de um autoritarismo patente, tinham como objetivo também solucionar aqueles problemas aparentemente sem solução para o caso brasileiro”<sup>99</sup>. A proposta de Reale teria um caráter utópico, “[...]uma utopia que brota de sua proposta de traços conservadores”<sup>100</sup>, mas, apesar de resgatar alguns elementos do passado, quer “ajustar” o presente.

Para Bertonha<sup>101</sup>, Reale se diferencia de todos os autores integralistas não só pela sua dedicação na questão da organização do futuro Estado integral, mas pela sua preocupação em contemplar os trabalhadores e resolver o problema social a partir do corporativismo – aspecto influenciado intimamente pela origem italiana do teórico integralista e pelo seu apego ao fascismo de Mussolini. Segundo esse autor, Reale teria se aproximado do fascismo italiano da década de 1920, que via no corporativismo o caminho ideal para superação do socialismo e do liberalismo, afastando-se do nazismo, e antes de Mussolini descambar para o racismo e o totalitarismo. Portanto, o fascismo de Reale seria muito mais autoritário do que totalitário.

---

<sup>95</sup> Ibid., p. 45, grifo do autor.

<sup>96</sup> Como a tendência de Oswald Mosley e Henri de Man, antigos socialistas. Ibid., loc. cit.

<sup>97</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>98</sup> RAMOS, Alexandre Pinheiro. Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937). **Revista Intellectus**, Rio de Janeiro, ano VII, v. II, p. 01-22, 2008.

<sup>99</sup> Ibid., p. 18.

<sup>100</sup> RAMOS, Alexandre Pinheiro. **O Integralismo entre a família e o Estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2008, (Dissertação de Mestrado em História), p.145.

<sup>101</sup> BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.33, n. 66, p. 269-286, 2013.

### 3 MIGUEL REALE REVISITA O INTEGRALISMO

#### 3.1 O Estado Novo e o fim da Ação Integralista Brasileira

Antes de iniciar a exploração das fontes em que Miguel Reale comenta os seus anos de integralismo, é necessário analisar o processo que ocorreu com o fim da existência legal da AIB. O II Congresso Nacional Integralista, realizado em Petrópolis, em 1935, transformou a AIB, de movimento cívico e cultural, em partido político – com o pesar de todas as contradições que isso possa representar no esquema teórico de Reale. Esse acontecimento foi preponderante para o destino da AIB nos anos seguintes pois, logo no início do regime Estadonovista, Getúlio Vargas aboliu todos os partidos políticos – apesar dos integralistas apoiarem Vargas em seu golpe de Estado.

De início, os integralistas tentaram algum diálogo com Vargas e pretendiam recriar a AIB sob a sigla da Associação Brasileira de Cultura – ABC. Tal tentativa não obteve êxito, já que Vargas também proibiu a atuação desta organização, e logo ocorreram diversas prisões dos militantes do sigma. A situação se torna incontornável quando, em 1938, integralistas apoiados por setores liberais tentaram derrubar Vargas no episódio que ficou conhecido como “*Putsch* Integralista”. O fracasso dessa empreitada acabou pelo rompimento completo dos integralistas com o Estado Novo. A perseguição aos integralistas tornou-se crescente, ocorrendo a prisão de vários militantes<sup>1</sup>.

Miguel Reale se exilou na Itália, retornando em 1940, quando se torna professor de Direito na USP. Logo após, em 1942, Miguel Reale vai integrar o DAESP (Departamento Administrativo do Estado de São Paulo) e, desse modo, reintegrando-se na vida política, em pleno Estado Novo.

Aqui se coloca uma questão interessante sobre os integralistas e o Estado Novo, em geral, e no caso de Reale, em particular, por passar a fazer parte da máquina do governo. O trabalho de Codato<sup>2</sup> levanta a hipótese do “transformismo ideológico” em “crença politicamente útil”<sup>3</sup>, por parte de políticos que vieram a se integrar no Estado Novo. No caso dos integralistas, após a proibição total da AIB (e ABC), mesmo com prisões e perseguições, alguns vieram a apoiar o Estado Novo; outros, como Pe. Hélder Câmara, passaram para o lado oposto do espectro político, jamais retornando ao

---

<sup>1</sup> Cf. SILVA, 1964.

<sup>2</sup> CODATO, Adriano. Instituições de governo, ideias autoritárias e políticos profissionais em São Paulo nos anos 1940. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 143-167, mai./ago., 2013.

<sup>3</sup> Id., Ibid., p. 144.



integralismo; e ainda houve alguns casos de ex-integrantes que buscavam esquecer sua participação neste “movimento maldito”, já que, no contexto da Segunda Guerra Mundial, foram acusados de agentes do eixo e traidores da nação<sup>4</sup> (Plínio Salgado só retornou ao país em 1945, tentando reunir novamente os dispersados integralistas sob a sigla do PRP – Partido de Representação Popular).

Reale irá compor a máquina administrativa da ditadura varguista, o que Codato explica como sendo uma “transfiguração ideológica”:

Sua afinidade ideológica com o regime, secreta só para ele, deriva seja do sistema de relações intelectuais e políticas em que *já está situado* (em função de sua bibliografia e da sua biografia: a militância integralista), seja da sua atividade de juriconsulto da ditadura nomeado por Vargas. A divisão entre o homem de ideias, de um lado, e o assessor técnico do Departamento Administrativo, de outro, nada mais é que a maneira encontrada de exprimir, *ideologicamente*, sua pretensa autonomia política e intelectual diante da ideologia dirigente. (CODATO, 2013, p. 157-158, grifo do autor)

Dessa forma, Reale, ao se posicionar como funcionário da ditadura, não apenas age como subalterno de Vargas, situação em que poderia manter um distanciamento ideológico – o que não o fez –, mas também passa a difundir os ideais do regime, a ser “guardião” do Estado Novo. Embora Neto<sup>5</sup> ressalte que o interesse dos integralistas no Estado Novo possa derivar do fato de que este defendeu algumas bandeiras daqueles, tais como o corporativismo, a eliminação dos regionalismos, o nacionalismo e o autoritarismo, e Bertonha coloque que, “nesse contexto, não espanta como Reale [...] tenha feito a transição entre integralismo e varguismo da maneira mais suave”<sup>6</sup>, a posição galgada por Reale na ditadura passa a ser o ponto de partida objetivo para o seu posicionamento como guardião do regime.

Esse comportamento fica nítido quando Reale passa a criticar publicamente a AIB após 1945, o que se coloca, segundo Calil<sup>7</sup>, como uma dificuldade inesperada para a rearticulação do integralismo. Reale concedeu algumas entrevistas tecendo duras críticas à rearticulação da AIB, “[...] qualificando o movimento de reorganização integralista

---

<sup>4</sup> Cf. NETO, 2011.

<sup>5</sup> Id., Ibid.

<sup>6</sup> BERTONHA, 2013, p. 280.

<sup>7</sup> CALIL, Gilberto Grassi. **A Nova Face do Verde: o integralismo no pós-guerra – a formação do Partido de Representação Popular (1945-1950)**. Porto Alegre: PUCRS, 1998, (Dissertação de Mestrado em História).

como obstáculo a uma solução pacífica dos problemas nacionais”<sup>8</sup>, passando a se opor ao modelo corporativo:

Quando da minha viagem à Itália, em 1938, tive a oportunidade de ver o corporativismo. Não nos livros, mas na realidade burocrática decepcionante. Desde então me convenci da inviabilidade de qualquer representação de tipo corporativo, sem a escora de um partido único aparente ou oculto, dominando-se forças do estado com o sacrifício das liberdades individuais [...]. O partido único acompanha, sempre, como uma sombra, a representação classista; onde não há partido único ele fica subentendido sob a firma da camarilha. Mas há sempre intermediários entre o governo e o povo. Nesse ponto, a experiência nos indica uma lição que seria loucura não querer aceitar. Qualquer tentativa de representação puramente classista nos levaria, inevitavelmente à solução soviética. (REALE, 1945<sup>9</sup>, apud CALIL, 1998).

Reale segue as críticas públicas ao integralismo, advertindo para a impossibilidade da implantação daquele modelo, justificando que já foi o tempo em que aquelas ideias faziam sentido, terminando em um paradoxo, em que a insistência dos integralistas em reafirmarem-se poderia colaborar com o crescimento do comunismo e que, por não conseguir oferecer uma alternativa viável, o integralismo encontrava-se esvaziado de proposta, tendo se resumido a combater a conjuntura e o comunismo, não tendo condições de propor algo de positivo.

### **3.2 Da liberdade “conquistada” à liberdade “ameaçada”: o “esquecimento” do Estado Integral**

No seu prefácio ao livro intitulado *Pluralismo e Liberdade*<sup>10</sup>, Reale fornece pistas de sua mudança de visão política, quase trinta anos após o fim formal da AIB. A preocupação que ele demonstra com o tema da liberdade difere substancialmente da sua posição sobre a mesma temática enquanto doutrinador do integralismo. Reale coloca que a liberdade política ou liberdade individual está sendo suprimida na sociedade em nome da justiça social. A data do prefácio é janeiro de 1963, época em que o sistema

---

<sup>8</sup> Ibid., p. 122.

<sup>9</sup> REALE, Miguel. O Professor Miguel Reale é contra o reaparecimento do Integralismo. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 06 jul. 1945, p. 8.

<sup>10</sup> REALE, Miguel. **Pluralismo e Liberdade**. São Paulo: Saraiva, 1963, p. VII-IX.

presidencialista era retomado no governo de João Goulart e intensificava sua tendência à esquerda, provocando a polarização de posições e ideias<sup>11</sup>:

Os tempos parecem pouco propícios ao debate dos temas fundamentais à liberdade, sobretudo da liberdade política, expressão imediata da liberdade moral, mas é razão a mais para a análise dos motivos que vão gerando, na consciência popular, a hedionda convicção de que a **perda da liberdade** seja o prego inexorável da **justiça social** reclamada como valor mais urgente [...].

Contra os que pretendem aplacar os anseios do justo, assegurando o bem-estar coletivo à causa da independência individual, sacrificando no altar uniformante do Estado ou dos monopólios privados, julgo possível e necessária uma solução fundada na “lei da complementariedade”, já proposta nos domínios da física quântica e não menos válida no âmbito da **história**, pois permite que se dê à parte o que é da parte e ao todo o que é do todo, para se conciliarem tendências divergentes e até mesmo opostas numa “sociedade plural”, a única compatível com a causa democrática e uma economia eticamente estruturada [...].

Antes de mais nada, torna-se indispensável precisar os conceitos fundamentais, balizar com clareza as diferentes posições teóricas, assim como **desmascarar ideologias** que, quando denunciam males ou formulam acertados diagnósticos, pretendem impingir-nos falsos remédios com o encanto aliciante de míticas promessas. (REALE, 1963, p. VII-VIII, grifo nosso).

Temas como a liberdade, a justiça social e a história, tão caros ao esquema teórico proposto por Reale nos anos 1930, têm agora outros contornos. A liberdade se parece mais como um direito natural – concepção tão duramente criticada à época da AIB – e colocada como oposta à justiça social, o que era visto antes como parte dos “fins éticos” do Estado, razão pela qual este poderia e deveria intervir em todas as esferas da vida. A liberdade, antes tida como algo a ser “conquistado” junto à Nação e a seu governante, não pode mais sofrer intervenções, configurando-se como valor objetivo.

A história, ciência do homem, já pode utilizar teorias e métodos propostos no âmbito das ciências duras<sup>12</sup>, tais como a física quântica, ou seja, Reale afirma justamente o que criticava nas filosofias liberais quando estas propunham soluções do mesmo tipo. As ideologias a serem “desmascaradas”, ao fazerem “míticas promessas”, se parecem mais como aquelas que intervinham na sociedade em busca de um fim, tal como o

<sup>11</sup> Para mais detalhes, ver: GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional**: remetida pelo presidente da república na abertura da sessão legislativa de 1963. Brasília: Imprensa Nacional, 1963.

<sup>12</sup> “Não é apenas no domínio da física que, consoante os ensinamentos de Niels Bohr, prevalece o princípio da *complementariedade*, mas também no plano das ciências humanas”. REALE, op. cit., p. 137, grifo do autor.

integralismo se configurava. A história como processo passa a ser possível e a liberdade torna-se um conceito naturalista:

Daí a necessidade de compreender-se o Estado pluralista como aquele que reconhece o **sentido objetivo e em si válido do processo histórico** como tal, e, ao mesmo tempo, preserva a posição autônoma e crítica dos indivíduos em relação ao todo: é a irrenunciabilidade à **liberdade originária** e ao conseqüente poder de crítica dos indivíduos que assegura continuidade e autenticidade ao direito que se objetiva mediante o poder estatal. (REALE, 1963, p. 234, grifo nosso).

As críticas a um modelo centralizador e intervencionista de Estado aparecem nesse texto, porém vinculadas ao comunismo e ao totalitarismo, não havendo menção alguma ao integralismo – que compartilhava elementos daqueles tipos de Estado na concepção de Reale. A história como processo torna-se uma lição defendida por Reale e contrapõe-se “[...] às sociedades compactas ou totalitárias, fundamentalmente anti-históricas, por visarem a atingir um *estágio final* de bem aventurança social [...]”<sup>13</sup>. Os valores morais, absolutos e imutáveis, aparecem agora de acordo com cada momento, “[...] sem que a perda da liberdade seja o preço vil do bem-estar adquirido, nem à ordem jurídica o instrumento dócil de uma ‘sociedade fechada’, de um Estado totalitário, em cujas engrenagens fique pulverizado o valor da pessoa e do espírito como liberdade”<sup>14</sup>.

A política, anteriormente tida como uma ciência superior, encarregada de efetuar a síntese dos dados provenientes de todos os outros ramos do saber, é outro ponto que sofre considerável mutação no pensamento de Reale, exposto a partir de seus comentários<sup>15</sup> em encontro ocorrido na Universidade de Brasília, em 1981: “Não existe um finalismo político em si e por si significativo. Não é possível ao politicólogo contentar-se com um espectro de objetivos ou de alvos a serem alcançados [...]”<sup>16</sup>. Nessa passagem, verifica-se a mudança quanto à situação da ciência política e, ao mesmo tempo, dos ideais finalísticos do Estado. Deriva-se daí que o Estado, antes responsável por perseguir seus “fins éticos”, derivados dos valores morais, não pode mais fazê-lo, diante da impossibilidade da existência de um finalismo político.

---

<sup>13</sup> Ibid., p. 295, grifo do autor.

<sup>14</sup> Ibid. p. 296.

<sup>15</sup> REALE, Miguel. Comentários de Miguel Reale. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Miguel Reale na UnB**: conferências e debates de um seminário realizado de 9 a 12 de junho de 1981. Brasília: Editora da UnB, 1981.

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, p. 30.

O entendimento do todo passa a ser relativizado, ao passo que a parte (indivíduo) ganha mais importância. O Estado integral, incumbido da missão de “descobrir” os valores imutáveis e indecifráveis pela ciência histórica, a fim de, dentro de uma visão holística, “consertar” a sociedade, tendo em vista a persecução destes fins, é negado, não diretamente<sup>17</sup>, como se poderia esperar, mas através do imbricado esquema filosófico do pensamento do (então sênior) Miguel Reale:

Nós todos estamos sentindo a necessidade de uma compreensão global da vida brasileira. Essa compreensão global é cheia de grandes riscos. Nada é mais perigoso do que o desejo de totalidade, visto como ele pode levar-nos a uma totalidade granítica, cerrada, própria de certas ideologias que já perderam inspiração criadora e vivem a repetir, como num realejo, as mesmas e antigas fórmulas. É o primeiro risco: o desejo de totalidade indiferença e estática. É o enquistamento, a fossilização, aquilo que podemos chamar de *totalitarismo*, como solução definitiva e cerrada, que, de certa maneira, resolve o problema suprimindo as perguntas formuladas.

Esse risco de globalidade é acompanhado por outro, que consiste em contentar-nos com visões utópicas da realidade. Tal equívoco ocorre quando nos conformamos com uma compreensão total puramente fictícia, que satisfaz à nossa vaidade teórica, mas não atende às nossas exigências vitais. (REALE, 1981, p. 32, grifo do autor).

### 3.3 O integralismo é revisto

#### 3.3.1 Reflexões sobre a natureza das fontes

A partir desta parte, este trabalho dará conta de analisar algumas fontes nas quais Miguel Reale trata explicitamente do seu pensamento político na época em que desenvolveu as bases teóricas e organizacionais do Estado integral, quais sejam, entrevistas, artigo, livro de memórias (autobiografia) e a introdução à reedição de suas obras políticas pela Universidade de Brasília. Buscou-se a ordem cronológica como método, a fim de facilitar a compreensão das variações do pensamento. Convém lembrar que esse conjunto de fontes não trata somente do período integralista, mas todas elas colocam essa fase em questão.

---

<sup>17</sup> O integralismo, tendo sido concebido como uma espécie de terceira ideia diante do liberalismo e do socialismo, chega a ser tão desprezado por Reale que não é citado nem quando o leitor atento poderia esperar: “[...] todas aquelas teses, que marcaram o grande conflito entre o liberalismo e o socialismo marxista, especialmente durante dezenas de anos, todas essas teses são apreciadas sob outro ângulo”. Ibid., p. 33.

Antes de passar a esse conjunto de obras que se qualifica como entrevistas, memórias e biografia, é preciso lembrar as advertências de Bourdieu<sup>18</sup> sobre os escritos deste gênero:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como a narrativa coerente de uma seqüência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (BOURDIEU, 1996, p. 76.)

Assim, é necessário pôr em cheque a concepção de “história de vida”, que enxerga a trajetória como uma série de acontecimentos presentes numa narrativa dessa história, um “percurso orientado”, linear, que se desenvolve tendo em vista um objetivo, um fim. Por conseguinte, não é premissa deste trabalho aceitar a existência de um “[...] postulado do sentido da existência contada [...]”<sup>19</sup>, interesse dos biografados e biógrafos.

No mesmo sentido, Grijó<sup>20</sup> coloca que este tipo de fonte costuma realçar os valores de seus objetos (sujeito biografado), retratando-os de forma positiva ou negativa:

Se no primeiro caso a ‘ilusão biográfica’ visa reforçar supostas solidez de princípios, coerência e/ou desinteresse relativos aos caracteres ou às ações do sujeito-objeto da ‘história de vida’, no segundo caso esses valores são invertidos e o sujeito-objeto em questão aparece como desprovido de princípios, incoerente e/ou interesseiro. Em ambos os casos concepções essencialistas, mesmo metafísicas, e lineares estão presentes, pois os caracteres atribuídos ao sujeito continuam sendo apresentados como essências a ele fixadas desde a origem e para sempre, ou seja, como um *arché* relacionado a um *telos*. (GRIJÓ, 2008, p. 86, grifo do autor).

No caso deste estudo, em razão de as fontes remeterem a uma pessoa relativamente conhecida, principalmente pelo público do direito e da filosofia – além de cientistas sociais e interessados na evolução das ideias políticas brasileiras – somado o fato de que é o próprio autor o seu sujeito-objeto, é notável a tentativa de sublinhar os aspectos positivos de sua personalidade, através de uma lógica que enxerga sua história de vida como uma sucessão de fatos organizados, tendo em vista um fim maior e que, supostamente, esteve sempre imbricado na cadeia dos acontecimentos, mas que,

<sup>18</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: \_\_\_\_\_. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996, p. 74-82.

<sup>19</sup> Id., *ibid.*, p. 75.

<sup>20</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

logicamente, a sua construção só foi possível a partir de certo momento em que se busca a criação deste sentido, naturalizando-o através da escrita ou da fala, pela organização coerente das ideias.

Por outro lado, em certos questionamentos, os entrevistadores tentarão realçar os interesses do entrevistado em certos momentos de sua trajetória, colocando-o em relação direta com os seus interesses momentâneos. Considere-se que, por tratar-se de figura respeitada – além de sua idade avançada –, essa tendência fica atenuada, sendo rapidamente apagada pela mudança no curso das entrevistas.

Especificamente sobre as entrevistas, Souza<sup>21</sup> coloca que há uma probabilidade muito grande de que, ao invés de se esperar por conclusões que seriam construídas a partir da interação com o entrevistado, se reafirme posições previamente estabelecidas, pois a entrevista é o ponto alto de muitos encontros e conhecimentos prévios. Por isso, não se pode esperar uma conclusão substancialmente diferente da construção cristalizada no momento de entrevista. Porém, como o interesse deste trabalho é apenas sobre do pensamento político integralista de Miguel Reale e como ele fez a releitura daquelas ideias, as entrevistas são tipicamente úteis para demonstrar como esse autor “atualizou” seu pensamento ao passar do tempo sobre aquele movimento político do qual foi protagonista.

### 3.3.2 A História Vivida – 1978<sup>22</sup>

A primeira fonte que fornece indícios explícitos do integralismo revisitado por Reale é uma entrevista que ocorreu em maio de 1978 e foi publicada em coletânea que teve o propósito de traçar um perfil da inteligência brasileira<sup>23</sup>.

Ao ser indagado sobre o integralismo, a primeira frase de Reale é sintomática: “Não fui um dos fundadores do integralismo”<sup>24</sup>, ressaltando que fazia oposição a este movimento antes de ter nele ingressado. O entrevistado expõe o que o levou a migrar para

---

<sup>21</sup> SOUZA, Valdir Aparecido de. Representações de si: o imaginário dos intelectuais e a história contemporânea. **Labirinto**, Porto Velho, v.11, p. 20-24, 2008.

<sup>22</sup> As datas que aparecem ao lado destes subtítulos – que remetem às fontes – indicam quando ocorreu a entrevista, divergindo, em alguns casos, da data da publicação.

<sup>23</sup> REALE, Miguel. O risco é inerente à democracia. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **A História Vivida**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981, v. 1, cap. 14, p. 321-345.

<sup>24</sup> Id., *Ibid.*, p. 324. Este alerta de que não foi fundador da AIB é feito por Reale em outras fontes, de forma que, ao iniciar sobre o tema, toma sempre uma posição de cautela, como quem busca uma se defender.

o integralismo: foi a sua preocupação com a questão social e com as causas nacionais, afirmando que isso sempre esteve presente em seus textos:

E no contato com ele [Plínio Salgado], nas conversas que tivemos senti a possibilidade de uma experiência política que viesse realizar a fusão de dois valores que me pareciam fundamentais: o socialismo em vinculação com a problemática nacional. Essas seriam duas idéias dominantes no meu espírito e no futuro, talvez, quando dispuser de tempo, vou reexaminar toda minha obra e mostrar que está sempre presente nela a tônica da composição de uma solução social com o problema da liberdade, de um lado, e com o problema da nacionalidade, da realidade nacional, de outro. (REALE, 1981, p. 325).

Sem ser indagado a respeito, Reale se defende de uma pergunta não feita nessa ocasião, sobre a associação do integralismo com o fascismo:

O integralismo, a meu ver, não surgiu como uma expressão de mimetismo de fenômenos como o fascismo e muito menos o nazismo. Inicialmente, o integralismo foi uma meditação sobre os problemas brasileiros, o que se pode ver pela obra de Plínio Salgado, como por exemplo o seu romance “O Estrangeiro” [...]. Mas essa formação nacional evidentemente não poderia deixar de receber o influxo do pensamento universal, que na época tinha duas expressões: o comunismo e o fascismo. (REALE, 1981, p. 325).

Reale comenta sobre a existência de uma “*vulgata*” do fascismo e do integralismo, algo que não corresponde à realidade, e que é disseminado ao tratar desse tema quando se toma o integralismo como um movimento único, sem diferenciar suas tendências. Por isso, há um erro que é cometido repetidamente, já que o movimento não possuía uma rigidez de pensamento. Ele usa como exemplo Plínio Salgado, que teria uma orientação católica e formação política baseada na “doutrina social da Igreja” – por isso atraindo muitos católicos. As análises que tratam do integralismo como um corpo único, sem distinguir as suas fases evolutivas, incorreriam naquele erro: “A memória histórica é muito fraca”<sup>25</sup>. Para provar que o integralismo era composto de várias vertentes, Reale lembra da sua substituição inesperada do cargo de Secretário Nacional de Doutrina.

Ao ser questionado, começa a tratar das outras correntes dentro do integralismo que foram significativas, mas adverte: “Não quero citar nomes, porque há por aí certos democratas puros que não gostariam de ver lembrado o seu passado integralista...”<sup>26</sup>. Reale afirma que fazia parte de um grupo que se preocupava mais com o problema de

---

<sup>25</sup> Ibid., p. 327.

<sup>26</sup> Ibid., p. 328.



ordem jurídico-política, e que suas ideias nem sempre coincidiam com as de Plínio, que representou a corrente dominante. Havia outro grupo, chefiado por Gustavo Barroso, de tendência antissemita. Neste ponto, Reale passa a defender o integralismo, ressaltando que, se houve membros antissemitas dentro da AIB, essa nunca foi uma tese adotada:

Não tenho nenhuma razão para me justificar, pois acho que ninguém deve justificar-se por causa de um passado de atividade consciente diante dos problemas do seu país, mas citarei meu caso particular. Meu primeiro livro de certa repercussão – “O Estado Moderno” – foi dedicado a um judeu, meu colega de turma e amigo íntimo, morto na Revolução de 32. (REALE, 1981, p. 328).

Reale coloca que o fascismo que atraiu a atenção de muitos adeptos nos anos 30 não era o da segunda fase de Mussolini, mas sim o dos anos iniciais:

O fascismo do primeiro momento teve a sua fase heroica, a sua busca de soluções no plano da doutrina. Ainda recentemente, um dos grandes pensadores da Itália, que é Ugo Spirito, fazia uma advertência nesse sentido, mostrando que no início o fascismo estava dividido em duas grandes correntes: uma, à qual ele próprio pertencia, que pleiteava o advento de um corporativismo mais aberto, e outra, capitaneada sobretudo por Alfredo Rocco, cuja tônica era o predomínio do Estado. Essa última era, digamos, um estatismo corporativo. [...]. A minha experiência foi a primeira, não a segunda (REALE, 1981, p. 326).

Reale nega a vertente fascista de Alfredo Rocco – autor que é citado inúmeras vezes nas suas obras integralistas. Coloca que a sua posição teórica era a de um “corporativismo social”, esquecendo ou omitindo todo seu trabalho, demonstrado em suas obras integralistas, no sentido de montar a organização administrativa do Estado Integral. Há uma notória intenção de Reale em dar ênfase ao corporativismo, porém sem enumerar os pontos de sua obra em que fazia a defesa enaltecida do Estado como supremo coordenador das relações sociais e de norteador “ético” dos fins nacionais, que eram confundidos com os fins individuais e grupelistas: “Uma organização da sociedade naqueles termos [corporativos] dentro do Estado, mas **não integrada** de maneira total no organismo do Estado”<sup>27</sup>.

O entrevistado enfatiza que o integralismo foi uma agremiação que atingiu um número enorme de pessoas no Brasil inteiro, das grandes cidades ao meio rural e que,

---

<sup>27</sup> Ibid., p. 326, grifo nosso.

diante dos diversos regionalismos e da ausência do sentimento de Nação, teve o mérito de ter sido o primeiro partido nacional, mesmo que tenha durado tão pouco:

O integralismo, no fundo, foi um movimento de curta duração, porque começou em outubro de 32 e terminou com o Estado Novo, ou seja, não chegou a ter seis anos de atuação livre [...].

Há um outro aspecto que é indispensável para a compreensão do fenômeno integralista. Prevalencia na época um excessivo regionalismo, a começar pelas estruturas partidárias. Não havia o sentido global de Nação. O problema brasileiro não era colocado como um todo, mas visto sempre de um ângulo regionalista e estadualista [...].

E nesse quadro o integralismo foi o primeiro partido de caráter nacional. (REALE, 1981, p. 327).

Além dessa contribuição, Reale crê que o integralismo desempenhou um papel histórico crucial em sua época, baseado em três pontos que a política partidária não iria mais deixar de incorporar: I) deu embasamento ideológico à atividade política, enquanto as agremiações que o antecederam eram puramente baseadas em relações pessoais ou de clientela; II) trouxe a ideia de que cabe ao intelectual ter uma participação na política; III) teve o mérito de ter incorporado setores populares na participação da vida política: “[...] quis ir até a massa. E essa foi a razão que o levou, por exemplo, a adotar a camisa verde” – justificando o uso do uniforme<sup>28</sup>.

Quando perguntado sobre a visão da organização estatal que teve como secretário de doutrina, Reale ressalta as diferenças do seu integralismo com o fascismo italiano e começa a apresentar algumas ressalvas que fez a este modelo em suas obras, além de enfatizar a descrença que tinha nas estruturas partidárias – posição que reconhece ter sido extremada –, o que o fez optar por uma solução do “tipo sindical”. No entanto, Reale sublinha:

Devo dizer que hoje não compartilho da ilusão de poder organizar um corporativismo desse tipo. Estou convencido de que no Brasil isso culminaria numa interferência maior do Estado. De qualquer modo, aquela era a minha maneira de pensar então, que não coincide com a experiência dos anos [...]. Estou convencido de que, apesar dos pesares, temos de nos conformar com a existência dos partidos políticos. O mal é que no Brasil os partidos continuam não tendo embasamento doutrinário, mas continuam sendo o produto de relacionamentos pessoais ou de encontro de interesses. (REALE, 1981, 331).

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 329-330.

Assim, embora o integralismo tivesse o mérito de pôr à cena a política de bases ideológicas, a lição parece não ter sido aprendida pelos seus congêneres atuais.

Sobre a relação do integralismo com Getúlio Vargas, Reale afirma que este enxergava naquele uma força auxiliar para a sua manutenção no poder e que, por ocasião do Estado Novo, muitos integralistas viram a oportunidade de realizar suas ideias na prática, mas a negativa de Plínio Salgado de aceitar o cargo de Ministro da Educação fez com que isso fosse impossível. Para Reale, quando os integralistas romperam de vez com Vargas, o Estado Novo “[...] ficou vazio de conteúdo ideológico”<sup>29</sup>.

A respeito das milícias, Reale faz uma observação interessante:

Posso dizer-lhes que o integralismo se preparou para tudo, menos para a conquista violenta do poder. Apesar de possuir uma milícia aparentemente paramilitar, essa era uma milícia inerte, pois de caráter puramente cívico, que não dispunha absolutamente de instrumentos ofensivos. (REALE, 1981, p. 335).

É no mínimo curiosa a afirmação de que a milícia não tinha “aparatos ofensivos” diante dos fatos ocorridos em confronto com os comunistas, como o episódio da Praça da Sé, onde morreram integrantes dos dois lados<sup>30</sup>.

Ao final desta entrevista, Reale é convidado a se definir ideologicamente, ao que ele responde:

Diria que desde que considerei encerrada a trajetória integralista, o que se deu por volta de 1940, quando passei a me preparar para o concurso para a Faculdade de Direito de São Paulo, a minha posição sempre se situou naquilo que chamo de democracia social. Trata-se de uma solução aberta, que não comporta figurinos pré-fabricados e que se caracteriza por determinados pontos básicos [...]. Não concordaria, por exemplo, em receber a incumbência de fazer um modelo rígido de democracia social no Brasil, pois acho que uma das suas características é a vivência dos fatos à medida que se desenrolam, segundo determinadas ideias básicas. (REALE, 1981, p. 344-345).

Neste ponto, é preciso relacionar a fala de Reale com a ideia do “transformismo ideológico” definida por Codato, já mencionada neste texto<sup>31</sup>. Ao deixar a sua posição definida como uma “solução aberta”, Reale, que participou do Estado Novo e do regime

<sup>29</sup> Ibid., p. 332. Reale diz ter sido partidário da visão (de Vargas) que colocava o integralismo como força auxiliar: ele (supostamente) queria fornecer conteúdo ao Estado Novo.

<sup>30</sup> Reale qualifica o fato de forma diferente: “Não houve batalha nenhuma, mas simples tocaia. Não tocaia grande, mas tocaia suja, com os agressores bem protegidos alvejando do alto das janelas [do Edifício Santa Helena] moços inertes e desprevenidos”. REALE, 1986, p. 79,

<sup>31</sup> CODATO, 2013.

militar<sup>32</sup>, faz, como Codato menciona, a transfiguração ideológica em crença politicamente útil.

### 3.3.3 Introdução à reedição das obras políticas – 1983

Na introdução à reedição das suas obras políticas – coletânea editada pela Universidade de Brasília e dividida em três tomos –, Reale faz importantes observações sobre o período como integralista<sup>33</sup>.

Logo no início, Reale adverte que sabe das “exigências peculiares” que cada época histórica possui e que suas obras, transcritas na integralidade por essa coletânea, têm “[...] *o valor de um documento* [...]”. Penso que transcendem os horizontes do episódio integralista<sup>34</sup>. Assim, Reale não renega tais escritos e sente pena dos que negam seu passado comunista ou integralista, pois “[...] estão se julgando a si mesmos, sem compreenderem que cada idade do homem, no contexto das circunstâncias históricas, possui a sua própria razão de ser e de medir”<sup>35</sup>.

Como no depoimento anteriormente analisado, Reale menciona a existência de uma “vulgata” integralista, o que obrigou a escrita de algumas considerações introdutórias nesta obra, pois, embora seu interesse por política se manifeste ao longo de tantos anos, ainda julgam suas ideias levando em conta apenas os escritos integralistas:

Como se vê, minhas indagações políticas já se estendem por um arco de cinquenta anos, o que é muito na vida de um homem, mas não falta gente que continua me “julgando” apenas segundo os trabalhos juvenis ora oferecidos à análise dos que se interessam pela história das idéias políticas no Brasil. Infelizmente, como já disse certa feita, o nosso é um País onde se acusa sem ler e se silencia por cálculo. (REALE, 1983c, p. 7).

Reale segue defendendo a si e ao integralismo desses julgamentos apressados conduzidos pela propagação da “vulgata”, que tentam reduzir o integralismo a uma forma de “fascismo caboclo” ou de nazismo, reconhecendo que alguns aspectos exteriores, como a adoção do uniforme, possam contribuir com esse julgamento, e admitindo que existiram muitos pontos de convergência.

<sup>32</sup> Reale define como “Revolução de 1964”. REALE, op. cit., p. 341. Ou ainda: “Movimento de Março”.

<sup>33</sup> REALE, Miguel. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas: 1ª fase – 1931/1937**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, t. I, p. 5-18.

<sup>34</sup> Id., *ibid.*, p. 5, grifo do autor.

<sup>35</sup> *Ibid.*, loc. cit.

Ao evidenciar os marcos temporais que precisam ser esclarecidos para a compreensão do integralismo, afirma que o movimento surgiu de algumas “orientações” fundamentais: I) crítica à política nacional e sua situação de vazios de ideias; II) afirmação radical do “valor da Nação”, contexto dos regionalismos e “surto separatista”; III) certeza de que o país precisava se descobrir como nação, com seus próprios valores, o que era possível somente com um governo forte; IV) as organizações corporativas substituiriam os partidos estaduais; V) dedicação, hierarquia e solidariedade dos integrantes na manutenção de uma mobilização política permanente; VI) a ideia de que o país precisava se libertar economicamente do capitalismo internacional para possibilitar uma melhor distribuição de renda; e VII) oposição ao comunismo pela sua concepção materialista. No entanto, adverte: não existia consenso sobre a importância de cada um desses aspectos – a corrente defendida por Reale se preocupava mais com os problemas da organização da sociedade e do Estado, assim como figuras como San Tiago Dantas, Câmara Cascudo, Pe. Hélder Câmara, entre outros – e a corrente majoritária, de Plínio Salgado, dava prioridade ao nacionalismo através da “reação espiritualista”. Noutra vertente, Gustavo Barroso e outros “[...] eram mais seduzidos pelos valores da Milícia, pela força-aliciadora e irracional dos símbolos, da camisa verde e do sigma [criado por Reale], acentuando as diretrizes anticomunistas e anticapitalistas, até o ponto de adotarem o anti-semitismo”<sup>36</sup>.

Sobre esses aspectos simbólicos, Reale justifica que serviam para arregimentar pessoas:

Não se deve, outrossim, olvidar que todos nós estávamos convictos de que, sobretudo num País que vivia “adormecido em berço esplêndido” e alheio às ideias políticas, seria impossível arrancar o povo de seu torpor, graças apenas a frios raciocínios ou cálculos econômicos: tornava-se necessário *carisma*<sup>37</sup>, ou seja, o recurso a valores emocionais aliciantes, o que era, de resto, traço comum a unir os dois grandes grupos em confronto (Fascismo, *lato sensu*, e Comunismo) com a força de suas doutrinas e de seus emblemas, gestos e bandeiras. (REALE, 1983c, p. 9, grifo do autor).

Desse modo, Reale admite o emprego exagerado dos elementos emocionais, afirmando que esse irracionalismo ultrapassou as previsões teóricas no campo da prática

---

<sup>36</sup> Ibid., p. 8-9.

<sup>37</sup> Para mais detalhes sobre o carisma no âmbito do integralismo, ver: RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Intelectuais e Carisma**: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, (Tese de Doutorado em Sociologia).

e resultou em mutações, tanto no comunismo quanto no fascismo – que não se mantiveram fiéis às suas origens.

Reale segue contextualizando o integralismo e coloca que o movimento foi a “[...] forma mais coerente e abrangente das *idéias autoritárias* que floresceram na década de 30, quando a tese do *fortalecimento do Poder* era aceita [...]”<sup>38</sup>, no momento em que o ideal corporativista estava em voga, e observa que o integralismo por ele defendido visava superar a solução fascista através das “[...] estruturas corporativas livremente constituídas”<sup>39</sup> e ressalta que geralmente é esquecido pela crítica que as diretrizes da AIB não amadureceram “[...] mesmo porque, em matéria de política, o momento da maturidade só é atingido quando a experiência se converte em textos de leis e comandos normativos”<sup>40</sup>, já que o integralismo nunca chegou ao poder<sup>41</sup>.

A situação da milícia é novamente colocada, afirmando, como na entrevista anterior, que servia de instrumento de propaganda e de coesão, e não como “unidade paramilitar”, como os exemplos fascista e nazista: “Como ela poderia vir a ser, na hipótese da conquista do Poder, é uma outra história, porquanto no plano teórico, sempre se proclamou a transitoriedade de sua atuação [...]”<sup>42</sup>.

Novamente, Reale sublinha algumas heranças do integralismo para o Brasil:

O certo é que um inédito partido nacional surgia na história republicana, em função de um *ideário*, o qual, se repercutiu tão profundamente no campo e nas cidades, e se dele ainda hoje se fala, é sinal que algo devia possuir de significativo da alma brasileira, por maiores que pudessem ser os seus erros e equívocos. O Império já tivera “partidos nacionais”, mas de cúpula ou restritos a uma elite, enquanto a Ação Integralista Brasileira fundou centenas e centenas de núcleos urbanos e rurais, congregando operários e camponeses, intelectuais e homens de empresa, nos mais remotos rincões do território brasileiro. (REALE, 1983c, p. 12, grifo do autor).

<sup>38</sup> REALE, op. cit., p. 10, grifo do autor.

<sup>39</sup> Ibid., p. 11. Como se pôde observar nas páginas anteriores, tais estruturas eram tuteladas pelo Estado e tinham deveres e responsabilidades, sendo que um único sindicato por ramo de atividade seria reconhecido, de forma que fica difícil imaginar de que forma tais estruturas seriam “livremente constituídas”, a não ser que se tome como base o conceito de “liberdade conquistada” que foi desenvolvido por Reale à época, também exposto anteriormente.

<sup>40</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>41</sup> Nota-se na argumentação de Reale a importância do fato da AIB não ter chegado ao poder, sendo este ponto utilizado diversas vezes em defesa do integralismo: “No caso do Integralismo, que não pôde ou não soube galgar o Poder, não podemos ir além de meras conjecturas, tendo a maioria de seus críticos incorrido no erro de estender-lhe, sem quaisquer reservas, a experiência totalitária própria do Fascismo ou do Nazismo”. Ibid., p. 13.

<sup>42</sup> Ibid., p. 12.

Fazendo a crítica ao coronelismo e ao clientelismo, Reale ressalta que os problemas da sua época teriam raiz nas elites, não no povo e, por isso, o integralismo teve o mérito de “[...] divorciar as massas populares de seus chefes tradicionais”<sup>43</sup>, algo sem paralelo até então, sendo “[...] um tão amplo e profundo processo de conscientização política”<sup>44</sup> que contribuiu para o esclarecimento sobre os vícios que derivavam daqueles sistemas tradicionais que se resumiam a vincular os cidadãos a compromissos e interesses particulares. Este teria sido mais um aspecto positivo do integralismo, pois teria criado uma “*base de consenso comum*”<sup>45</sup>, despertando seus adeptos para os perigos da maneira tradicional de fazer política.

Ao ressaltar os vícios da política tradicional dos anos 1930, Reale faz alguns comentários sobre o momento de abertura política que ocorria na época da publicação desta obra, 1983. Para ele (que defendeu a ditadura militar), o processo de abertura política abria o cenário para o ressurgimento de velhos problemas:

Quem não percebe que nem bem teve início a política de abertura, ressurgiram, como por encanto, velhos e surrados esquemas políticos de marcado cunho personalista, visíveis até mesmo em movimentos pretensamente de massas obreiras? Eis-nos de novo às voltas com desgastados raposismos, num jugo infecundo de fórmulas e de sombras, nessa briga já folclórica do “casuísmo” contra o “oportunismo”, duas faces de uma só medalha [...].

Decorrem desse erro originário todos os outros, sendo apresentadas pelas cúpulas partidárias soluções políticas cerebrinas que poderiam servir para qualquer povo, tão desraigadas se acham da circunstancialidade histórico-social de nossa gente, com a tola pretensão de passar uma esponja sobre 18 anos de história que, qualquer que possa ter sido, foi história vivida com valores positivos e negativos. (REALE, 1983c, p. 14).

A abertura democrática seria então, para Reale, um problema para aquela época, já que, segundo ele, ainda não tínhamos partidos nacionais a exemplo do que foi o integralismo, quando o que havia eram meras agremiações sem programa e sem “[...] unidade de pensamento e de ação”<sup>46</sup>.

Apesar dessas críticas, o autor reconhece as falhas no seu modelo de “livre” estruturação de corporações:

---

<sup>43</sup> Ibid., p. 14.

<sup>44</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>45</sup> Ibid., loc. cit., grifo do autor.

<sup>46</sup> Ibid., loc. cit.

É bem possível que, ao passar-se da teoria à prática, crescesse a interferência do Estado no processo de sindicalização nacional, prevalecendo o “dirigismo corporativo”, com todos os riscos de chegar-se à não desejada *corporação fascista*, mero órgão administrativo do Estado. (REALE, 1983c, p. 15, grifo do autor)

É reconhecida também a importância dos partidos na vida democrática, ressaltando que o corporativismo poderia contribuir para o fortalecimento das relações entre as classes sociais, partidos e órgãos de governo, e que a “partidocracia” hoje existente poderia lograr contribuições advindas daquele modelo.

Outro aspecto falho do integralismo era seu anacronismo presente na questão do anticapitalismo, pois, segundo Reale, não havia capitalismo no Brasil naquela época, o que teria sido desenvolvido mais tarde com o “desenvolvimentismo” de Juscelino Kubitschek e, sobretudo, a partir da “Revolução de 1964”<sup>47</sup>.

Os integralistas eram contrários ao capitalismo “[...] mais prevendo do que constatando os seus excessos [...]”<sup>48</sup>, pois “[...] sentia-se, desde logo, o impacto das forças capitalistas alienígenas, através do poder avassalador das grandes empresas [...]”<sup>49</sup>. “Nem sempre o atraso em que se vive nos tolhe a percepção dos eventos”<sup>50</sup>. Portanto, não podiam oferecer um sucedâneo ao esquema criticado, já que, na década de 1930, segundo Reale, não havia condições para uma solução “pluralista” do tipo da Democracia Social.

É preciso notar que, nas obras originais da década de 1930, Reale provava com rigor quase matemático os efeitos perversos do capitalismo financeiro e os seus malefícios para a sociedade brasileira, principalmente quanto aos mais pobres, aos operários, àqueles que precisavam do Estado, então omissos, mero fantoche das relações clientelísticas dos partidos políticos, baseado no modelo constitucionalista. Essa questão do anticapitalismo é extremamente amenizada por Reale nesta “revisita” da década de 1980 – época em que marcava a volta da perspectiva democrática. Assim, deve-se ter cuidado com uma argumentação desse tipo, eminentemente política, diante do fato de Reale ter defendido o regime militar e dele participado, de modo que se possa passar a enxergar virtudes nas

---

<sup>47</sup> “É essa uma das razões pelas quais entendo que o Movimento de Março redundou numa revolução e não em mera ‘reação neocapitalista’, ao contrário do que proclama alguns sociólogos que somente conseguem enxergar revolução quando se deparam com barricadas nas ruas ou tomadas de bastilhas. Se, como adverte Alberto Torres, toda revolução começa ‘com uma mudança de atitude diante dos problemas’, é inegável que a insurreição de 1964, - de início puramente *preventiva* contra os riscos que o reformismo inconseqüente de João Goulart expunha a Nação, - passou a assumir crescente *atitude racionalista*, base de algumas reformas salutaras, apesar de já necessitadas de revisão, como a do *desenvolvimento tecnicamente planejado*, ou as *reformas tributárias e administrativas*”. Ibid., p. 16, grifo do autor.

<sup>48</sup> Ibid., p. 17.

<sup>49</sup> Ibid., p. 18.

<sup>50</sup> Ibid., loc. cit.



obras daquele período. Mais uma vez coloca-se a tese da transfiguração ideológica em crença politicamente útil, desenvolvida por Codato<sup>51</sup>. A solução integralista, não posta em prática, mas teorizada exaustivamente por Reale, passa a ter sua importância atenuada.

### 3.3.4 Memórias – 1986

O próximo texto no qual se pode observar o integralismo revisitado é o primeiro volume da autobiografia de Miguel Reale<sup>52</sup>. Muitos dos principais temas da releitura que Reale faz do integralismo já foram trabalhados na análise exposta até aqui, portanto só serão postos novamente à baila quando tiverem o seu sentido modificado, ou quando acrescentarem algo de importante, não sendo necessário vislumbrar, novamente, temas como a defesa diante da tese antissemita ou a defesa do “caráter cívico” da milícia, dentre outros já assimilados no cotejo das fontes anteriores.

Se o argumento da não concretização da tomada do poder pela AIB já fora utilizado para defender-se das associações com o fascismo e o nazismo, Reale coloca uma nova dimensão para esse problema quando trata de sua mudança de socialista para integralista: a da impossibilidade de previsão dos fatos que derivaram das ideias autoritárias:

“[...] meu ‘socialismo liberal’, por essas e outras razões, diluía-se sob o fascínio de novas idéias que emergiam no horizonte da história, sem termos condições de prever os eventos trágicos embutidos na onda autoritária” (REALE, 1986, p. 67)

Criticando alguns aspectos do fascismo, “[...] com a sua parafernália de imperialismo romano e de corporativismo estatalizado, numa compreensão totalitária da vida”<sup>53</sup>, Reale contextualiza, afirmando que o fascismo teve algo de universal que deu conta de responder algumas questões em evidência na época, o que despertou o interesse no mundo todo, ou seja, os integralistas não estavam sozinhos e, se houve inspiração fascista, foi a do “primeiro fascismo”, dando mais ênfase ao ideário corporativo do que ao fortalecimento da autoridade do Estado.

Há um outro argumento implícito em vários escritos de Reale no período pós-integralista, mas que aparece muito nítido na edição de suas Memórias: a intenção de

---

<sup>51</sup> Cf. CODATO, op. cit.

<sup>52</sup> REALE, Miguel. **Memórias**: volume 1, destinos cruzados. Saraiva: São Paulo, 1986.

<sup>53</sup> Ibid., p. 74.

mencionar inúmeras personalidades conhecidas que participaram do integralismo. Diversas vezes, Reale se apega a esse expediente, ressaltando nomes de ex-integralistas importantes, como San Tiago Dantas, José Lins do Rego, Alfredo Buzaid, dentre outros, mais ou menos famosos, num esforço intencionado de esclarecer que não estava sozinho – como se não quisesse reconhecer sua autoria –, muito embora, pela sua participação ativa no decorrer da história brasileira, ocupando cargos e influenciando em várias esferas, e por sua longa existência, Reale tenha sido indubitavelmente um dos integralistas mais lembrados e questionados. Esse argumento também serve para se opor à tese do mimetismo, afirmando a autenticidade das aspirações dos integralistas<sup>54</sup>.

Logo a seguir, Reale passa a enumerar alguns equívocos do integralismo, tais como a luta anticapitalista numa nação onde o capitalismo “engatinhava” e o risco (não calculado) de os agrupamentos profissionais – base do modelo defendido – transformarem-se no corporativismo de Estado, a exemplo do caso italiano. Reale também esclarece que houve certo exagero da AIB ao enxergar os acontecimentos europeus da época: “Não nego que tenha havido excessivo e até ingênuo entusiasmo pelas realizações fascistas ou mesmo hitleristas, mas é necessário nos situarmos na época (1932-1937) para darmos conta desses **desvios ideológicos** [...]”<sup>55</sup>, e compara o contexto de efervescência de ideias aos seus inimigos comunistas:

Nossa posição, em última análise, correspondia à de nossos adversários comunistas que, na mesma época, endeusavam Stalin, sem terem ciência de todos os horrores do *Gulag* e sem poderem prever os episódios degradantes praticados pela URSS contra o povo da Checoslováquia ou do Afeganistão. (REALE, 1986, p. 83).

Ao fazer menção sobre os aspectos de inspiração fascista, Reale enfatiza que sua obra não trazia qualquer inclinação ao totalitarismo, do qual se afastava à medida que tentava construir as bases da “democracia integral”, e os críticos que o colocam como mero fascista promovem “[...] um processo de contínua deformação perante a opinião pública, segundo a técnica de ‘etiquetagem’ ou ‘chicletagem’ em que sempre se revelaram exímios os adeptos de Stalin ou de Trotsky [...]”<sup>56</sup>. Por esse motivo, o autor tentou sempre situar claramente seus escritos, mesmo não obtendo êxito nessa questão:

---

<sup>54</sup> Ibid., p. 81, et seq.

<sup>55</sup> Ibid., p. 83, grifo nosso.

<sup>56</sup> Ibid., p. 88.

Isto não impediu, nem impede, como assinalava Alceu Amoroso Lima, na sessão especial da Academia Brasileira de Letras, dedicada ao meu septuagésimo aniversário, de volta e meia, surgir a pecha indiscriminada de “fascista” ou “reacionário”, exclamando aquele grande brasileiro: “ai daquele em cujas costas se pendura uma etiqueta!”. (REALE, 1986, p. 88-89).

É destacado por Reale um interessante argumento em defesa de sua associação com o fascismo, qual seja, o da variação semântica do termo fascismo<sup>57</sup>, afirmando: “No quinquênio que vai de 1932 a 1937, a palavra ‘Fascismo’ não possuía a depreciativa conotação corrente, sobretudo depois que os avatares da Guerra de 1939 uniram a sua sorte à do Nazismo, com cuja doutrina não se confundia”<sup>58</sup>.

Seguindo o argumento da variação semântica, Reale propõe àqueles que o associam à figura de Mussolini o argumento do anacronismo. Ele afirma que é preciso lembrar que houve momentos em que Mussolini se opunha à Hitler, como no episódio da *Anschluss* (anexação da Áustria), e que essa atitude do Duce foi responsável por “granjear” a simpatia pelo fascismo: “Foi nesse quadro histórico que me referi com entusiasmo à pessoa do Duce, o que geralmente se esquece, num anacronismo evidente, projetando-se para 1934 a imagem negativa posterior”<sup>59</sup>.

O autor cita algumas passagens de dois textos seus que considera como obras integralistas fundamentais. Sobre “O Estado Moderno”, afirma que o livro se aproxima muito mais da ala fascista que propõe o “Estado ético”, do que a que promove o “endeusamento” do Estado totalitário, e que, ao contrário do que asseguram as “críticas superficiais”, embora tenha reconhecido os “aspectos universais” da “solução fascista”, sua obra “[...] advertia que esta obedecera a situações que não eram as nossas, e que estavam impedindo a Itália de realizar o *corporativismo puro*, o único compatível com a Democracia Integral, estruturada de baixo para cima [...]”<sup>60</sup>. Sobre “O Capitalismo Internacional”, Reale ressalta que repeliu nesta obra a tese racista, “[...] muito embora reconhecendo como o fizera o próprio Karl Marx, de origem judaica, o predomínio semita na liderança do Capitalismo”<sup>61</sup>.

---

<sup>57</sup> “Como se vê, a palavra “Fascismo” adquiria, em meus escritos, uma conotação genérica [...]. Foi só mais tarde que, de um lado, pela subordinação do Fascismo aos objetivos de Hitler, e, de outro, como consequência da já mencionada “técnica da etiquetagem” esquerdista, a palavra Fascismo passou a ser sinônimo de Nazismo, a fim de ser mais cômodo combatê-lo”. Ibid., p. 93.

<sup>58</sup> Ibid., p. 89.

<sup>59</sup> Ibid., p. 90.

<sup>60</sup> Ibid., p. 91, grifo do autor.

<sup>61</sup> Ibid., p. 93.

### 3.3.5 Conversa com o filósofo – 1999

Algumas observações pertinentes ao objetivo deste trabalho podem ser feitas com base em uma coletânea de entrevistas com filósofos importantes do Brasil<sup>62</sup>, publicada em 2000, da qual Miguel Reale é o primeiro a ser mencionado. Nessa ocasião, o Integralismo não foi objeto da entrevista, no entanto o período da década de 1930 foi alvo de algumas questões. Ao ser questionado sobre o seu período na Itália, Reale diz:

É, minha presença em Roma foi decisiva, porquanto eu fui como exilado, exilado por motivos políticos, e lá pude ter contato com uma grande civilização, uma grande cultura e ao mesmo tempo passei a ter uma experiência diversa do próprio fascismo, vendo que ele era uma coisa de longe e outra coisa de perto [...]. De maneira que é matéria à qual não vou fazer mais referência por que já pertence à memória, é matéria que já pertence ao memorialismo. (REALE, 2000a, p. 16).

Embora o tema principal da entrevista seja a sua obra filosófica, podemos concluir, através desse pequeno excerto, que a postura de Reale – diante do público leitor deste assunto – é de defesa, mencionando o fascismo quando este não foi mérito da pergunta, e ainda sublinhando que não falará mais daquele período, ou seja, mesmo passados 62 anos do fim da AIB, o autor ainda é incomodado com essa questão.

Noutra passagem, podemos observar que Reale continua adepto da intervenção estatal na economia, ou pelo menos continua dando importância ao Estado:

É uma tolice, no meu modo de entender, afirmar que o Estado, em economia, deixou de ter um papel próprio para ser mero receptor de choques e conflitos de capitais estrangeiros ou externos. Não, o Estado tem sempre uma função de controle, de gerenciamento [...]. É no momento de crise que a força do Estado aparece, e o Estado Nacional subsistirá sempre [...]. (REALE, 2000a, p. 24).

### 3.3.6 A voz do pensador – 2000

A próxima entrevista foi realizada pelo Jornal da USP<sup>63</sup>, na ocasião em que Miguel Reale completava 90 anos, data em que aquela universidade promoveu um simpósio para discutir a importância da carreira do entrevistado.

<sup>62</sup> REALE, Miguel. Miguel Reale (1910). In: NOBRE, Marcos. **Conversas com Filósofos Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 15-28.

<sup>63</sup> REALE, Miguel. **Voz do Pensador**. Entrevista concedida ao Jornal da USP, 2000. Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2006-abr-17/leia\\_entrevista\\_concedida\\_reale\\_jornal\\_usp](http://www.conjur.com.br/2006-abr-17/leia_entrevista_concedida_reale_jornal_usp)>. Acesso em: 12 out. 2016.

Ao ser questionado se participou, na década de 1930, do integralismo, Reale, diferente de outras ocasiões em que iniciava mencionando que não foi fundador do movimento, coloca:

Sim, fui um dos líderes do integralismo [...].  
O integralismo não tem nada que ver com essa imagem que a esquerda criou por aí, sobretudo a esquerda festiva. O integralismo era um grande movimento nacionalista, e nisso vai uma crítica, porque acho que o nacionalismo está superado. (REALE, 2000c).

Reale deixa de ter postura defensiva para responder prontamente à questão, assumindo seu protagonismo logo de início, argumentando que o integralismo correspondia ao “nacionalismo fascista”, porém com características próprias e, enquanto este era uma “doutrina fechada”, aquele possuía diversas correntes. Ou seja, o fascismo passa a ser um movimento unívoco, ténue influência do integralismo, este centrado no nacionalismo e na “democracia integral corporativa”.

Indagado sobre as tendências totalitárias no integralismo, Reale nega: “Não. De jeito nenhum. Nem o fascismo foi totalitário [...]”<sup>64</sup>, lembrando que judeus, como Norberto Bobbio e Giorgio Del Vecchio, nunca foram afastados de suas ocupações, tendo Reale assim presenciado em 1938 quando estava no exílio. “De maneira que essa história de confundir fascismo com nazismo é uma tapeação doutrinária”<sup>65</sup>.

Sobre o integralismo ser diferente do fascismo e do nazismo, Reale menciona que o ponto comum aos três era o “uso da camisa”, salientando que a AIB era um partido popular e que tinha colegas operários, além de reunir “o que havia de mais fino na intelectualidade da época”. Ou seja, de influência fascista, passando por uma atenuação nesta relação, agora é o mero uso do uniforme pelas milícias que identifica o elo entre fascismo e integralismo.

### 3.3.7 Roda Viva – 2000

Neste mesmo ano em que Reale completava 90 anos de idade, ele foi convidado a participar do Programa Roda Viva<sup>66</sup>, conhecido na televisão brasileira por entrevistar personalidades importantes, especialmente do meio político.

---

<sup>64</sup> Id., *ibid.*

<sup>65</sup> *Ibid.*

<sup>66</sup> REALE, Miguel. **Programa Roda Viva**, TV Cultura. São Paulo, 13 nov. 2000. Entrevista concedida a Paulo Markun, Celso Lafer, José Nêumane, Luisa Nagib Eluf, Silvana de Freitas, Márcio Chaer e Ronald

O tema do integralismo foi despertado através de mensagens enviadas por telespectadores que assistiam ao programa. A resposta de Reale foi longa e tranquilamente desenvolvida, ressaltando que há muitos equívocos sobre o tema. “O integralismo foi um momento da minha vida do qual não me arrependo, por que me trouxe uma grande experiência, mesmo porque nada tem a ver com aquela formação que geralmente se explica”<sup>67</sup>. Reale coloca novamente algumas questões já contempladas noutras oportunidades, tais a composição da AIB por uma gama variada de intelectuais e personalidades, a ênfase no nacionalismo, as variadas tendências e a preocupação com o Estado forte. Se nas fontes anteriores Reale colocava o integralismo como sendo o primeiro partido nacional, agora ele já aparece em segundo lugar: “Só havia um partido nacional que era o Partido Comunista [...]”<sup>68</sup>.

Em relação ao fascismo, Reale novamente responde:

Nós copiamos algumas coisas do fascismo, mas não o seu autoritarismo. Nós queríamos, ao contrário, uma democracia corporativa, quem quiser uma resposta mais profunda leia o meu livro e depois faça perguntas. Não façam as perguntas antes de ler. (REALE, 2000b).

Sem ser questionado, Reale sentiu a necessidade de se manifestar acerca do nazismo, mencionando o fato de que, em 1932, quando iniciou o integralismo, aquele ainda não existia. “Então, quando falam que integralismo é uma cópia do hitlerismo, é um erro manifesto, porque nós nunca tivemos preocupação racial, nunca tivemos anti-semitismo como preocupação racial ou religiosa”<sup>69</sup>.

O tema do integralismo é encerrado após duas longas respostas, das quais a segunda finda com Reale mencionando as diversas siglas a que pertenceu até concluir pela sua posição política atual: “liberalismo social”, desenvolvida em seu livro “Pluralismo e Liberdade”, já contemplado neste trabalho.

### 3.3.8 Memória Política – 2001

---

Freitas. Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/727/entrevistados/miguel\\_reale\\_2000.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/727/entrevistados/miguel_reale_2000.htm)>. Acesso em: 10 out. 2016.

<sup>67</sup> Id., *ibid.*

<sup>68</sup> *Ibid.*

<sup>69</sup> *Ibid.*

Nesta entrevista<sup>70</sup>, Reale vai novamente fazer a distinção entre integralismo e fascismo, destacando que aquele consistiu em um movimento composto por muitas pessoas importantes, tendo surgido, por preocupações sociais, como uma reação nacionalista ao liberalismo.

Questionado sobre a influência europeia no integralismo, coloca que a única foi do caso italiano, negando qualquer relação com o nazismo – já que este, em 1932, “pouco significava no mundo” – se defendendo, novamente, com base na dedicatória de seu livro:

No integralismo nunca houve influência do nazismo como tal. O que houve foi um certo movimento, diminuto também, anti-semita, do ponto de vista mais econômico do que racial, chefiado por Gustavo Barroso. Mas era uma minoria, movimento do qual não participei. A prova cabal de que jamais participei do movimento anti-semita está no fato seguinte: quando escrevi, em 1934, o meu primeiro livro, O Estado Moderno, eu o dediquei a um judeu, estudante, meu colega, falecido na Revolução de 32, o húngaro José Praes. De maneira que nunca alimentei qualquer diferença contra o judeu por ser judeu. (REALE, 2001).

Perguntado se houve alguém ou algum motivo especial que o fizesse optar pela AIB, Reale é enfático em contextualizar o momento:

Não transformemos a vida numa seqüência de causalidades, porque isso seria muito fácil e difícil de explicar.  
A minha ida para o integralismo obedeceu a uma situação de momento, porque naquela época até Churchill tinha admiração por Mussolini e pela obra que ele estava realizando na Itália. Se depois Mussolini se transformou num joguete na mão de Hitler, esse é um outro processo histórico. Naquele momento, ele estava realizando algo de significativo para a Itália, que tinha saído de uma desordem incomparável.  
De maneira que tudo tem sua razão de ser nas condicionalidades históricas, razão pela qual Ortega y Gasset diz com muita razão: “Eu sou eu e a minha circunstância”. (REALE, 2001).

Além dessas questões mais diretas à situação do integralismo, Reale também é questionado pelo *putsch* integralista, termo que diz ser um erro historiográfico pois, em realidade, ocorreu uma aliança entre integralistas inconformados com o fechamento da AIB por Vargas, e setores liberais, tendo formado, os integralistas, o corpo da ação no Palácio da Guanabara, sendo chefiados por um liberal, o capitão Fournier. “De maneira

---

<sup>70</sup> REALE, Miguel. **Memória Política**, TV Câmara. Brasília, 12 nov. 2001. Entrevista concedida a Tarcísio Holanda, Ana Maria Lopes e Ivan Santos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/miguel-reale/texto>>. Acesso em: 20 out. 2016.

que essa história está mal contada, como tudo aquilo que a Esquerda nacional deforma de maneira intencional”<sup>71</sup>. Desse episódio, faz questão de mencionar que ele, assim como Plínio Salgado, não se encontrava no Rio de Janeiro, portanto não participaram.

Um ponto interessante dessa entrevista diz respeito à relação com Getúlio Vargas, quando ocorria o concurso para professor na Faculdade de Direito de São Paulo. Reale conta que teve de fazer um recurso administrativo visando à retificação de sua nota e procurou Vargas para que este assegurasse a neutralidade na análise daquela petição:

Foi nessa ocasião que procurei o Presidente Getúlio Vargas, para fazer um apelo no sentido de que meu recurso para o Conselho Federal de Educação não sofresse influência política, por meio da intervenção pelo então Interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, pressionado pelos professores paulistas. Nessa ocasião, Getúlio Vargas me disse: “Não haverá intervenção política. Se o Conselho entender que o senhor tem razão, o seu posto será garantido”. E efetivamente o Conselho Federal de Educação acolheu, praticamente por unanimidade, o meu recurso, e foi restabelecida a validade do concurso por mim vencido. E foi assim: graças à neutralidade de Getúlio Vargas, eu pude ser Professor da Faculdade de Direito de São Paulo. (REALE, 2001).

Assim, Reale, que na volta do seu exílio foi preso e rapidamente posto em liberdade, por acusação de participar do *putsch*, teve acesso a Vargas, antes de tornar-se membro do DAESP. Esta circulação que Reale tem junto a Vargas, assim como a longa duração de sua influência na vida política nacional, desde o Estado Novo até o governo Fernando Henrique Cardoso, precisa ser objeto de estudo mais detalhado.

### 3.3.9 O Integralismo Revisitado – 2004

As últimas considerações sobre o objeto deste trabalho serão feitas a partir de um pequeno artigo<sup>72</sup> escrito menos de dois anos antes do falecimento de Miguel Reale. Ele foi publicado em uma reunião de ensaios e também está disponível no sítio eletrônico pessoal do autor<sup>73</sup>.

A motivação desse artigo parece ter sido a exibição, em novelas de televisão, de figuração que fazia alusão ao integralismo:

---

<sup>71</sup> Ibid.

<sup>72</sup> REALE, Miguel. O Integralismo Revisitado. In: \_\_\_\_\_. **Política e Direito: ensaios**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 57-60.

<sup>73</sup> <<http://www.miguelreale.com.br/>>



Duas novelas, ou mini-séries da TV GLOBO, a pretexto de apresentar o cenário ideológico vigente na primeira metade do século passado, fizeram referência ao Integralismo fundado por Plínio Salgado, mas com manifesta má fé, como é hábito dos chamados “esquerdistas”, até o ponto de apresentá-lo como simples variante do hitlerismo, com gangues atuantes com deliberada e constante violência. (REALE, 2006, p. 57).

Mais uma vez, Reale vai argumentar que a associação com o nazismo era impossível na data de fundação da AIB, e que a influência provinha de Mussolini, mas que os integralistas defendiam, basicamente, a organização corporativa, a planificação da economia, dentre outros temas recorrentes.

Reale faz novamente a defesa da sua versão do corporativismo (democrático), das várias vertentes atuantes no interior da AIB, destacando que em nenhum livro fora feita apologia da violência. Faz também a defesa de sua versão sobre o *putsch* e lembra que, quando esteve na Itália, viu a impossibilidade do corporativismo funcionar nos moldes da “democracia integral”, motivo pelo qual não participou na reorganização integralista do pós-guerra (Partido de Representação Popular) – o que é questionável diante da sua aproximação com Vargas logo que retorna da Itália, em 1940.

A respeito de sua participação na AIB, Reale não diz não se arrepender de nada e enfatiza a “sinceridade de propósitos” expressados por inúmeras personalidades importantes, mesmo que venha a ter reconhecido a “transitoriedade” daquelas ideias.

Conclui seu texto afirmando ser fácil, nos tempos atuais, reconhecer os erros e ilusões que a AIB representava, “[...] mas os acontecimentos culturais não podem deixar de ser examinados à luz de seu tempo, em função de suas circunstâncias e conjunturas determinantes”<sup>74</sup>.

Fica presente nos depoimentos de Reale – e neste artigo, aos quase 95 anos de idade – o ressentimento com que trata os seus críticos, a antinomia esquerda *versus* direita, além de sua inconformidade com os estudos produzidos sobre o integralismo até então:

Infelizmente, quando se trata de um movimento político da chamada “Direita”, há tendência no sentido de denegri-la, enquanto que à “Esquerda” tudo se perdoa, esquecendo-se os genocídios perpetrados por Stalin, e os atos violentos dos brasileiros que, sob a bandeira comunista de Luis Carlos Prestes, tentaram ganhar o poder [...]. O Integralismo, em suma, é um fato histórico que só durou cinco anos, de 1932 a 1937, extinto com o Estado Novo. Ideologia superada, nem

---

<sup>74</sup> REALE, op. cit., p. 59.

por isso deixa de merecer estudo isento e objetivo. (REALE, 2006, p. 59-60).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olavo de Carvalho, prócere da direita conservadora brasileira – ao menos no campo das ideias – salientou em seu artigo<sup>1</sup> que Miguel Reale foi submetido, em suas últimas aparições públicas, a um “insensato” e repetitivo ritual, no qual os “repórteres esquerdistas”, através de um método “mediocre”, submetiam o nonagenário a uma “humilhação” descabida. Segundo Carvalho, ao questionarem, insistente e repetitivamente, sobre a questão do integralismo, acabavam por deixar Reale no banco dos réus: “[...] se um homem é induzido a explicar isso de novo e de novo e de novo, como um suspeito num interrogatório policial, ele acabará sempre dando a impressão de que está escondendo alguma coisa”<sup>2</sup>. Não em defesa desses repórteres, mas em defesa do interesse nesta questão, pode-se argumentar que o tema vem à baila diversas vezes pelo envolvimento da polêmica associação com o nazi-fascismo – algo que chama atenção não somente dos iniciados no estudo da história, mas como do público em geral.

Certo é que, além desse interesse, há uma questão que parece muito mais desafiadora do ponto de vista investigativo – e este trabalho não pretende de maneira alguma esgotá-la – que é a participação longa e influente desta figura no âmbito do Estado. Colocando de forma mais explícita: de que forma esta personalidade, que fora adepto de ideias tão peculiares – que foram e ainda são alvos de inúmeras críticas – conseguiu lograr sucesso, através de uma importante e longa carreira, em repetidas e notórias ocupações no Estado brasileiro, influenciando o desenvolvimento da história nacional?

Os textos integralistas de Miguel Reale permitem a interpretação de que o autor desenvolve um estilo de pensamento conservador. Esse estilo é baseado em alguns aspectos comuns que permitem caracterizá-lo, tais como sua oposição ao pensamento liberal-burguês – contra o racionalismo e o naturalismo –, a ideia da irracionalidade da realidade, a importância dada às unidades coletivas (Estado, nação) –, isto é, a primazia do social sobre o individual –, a ênfase nas associações intermediárias (família, clã, corporações) –, fora das quais o indivíduo não pode ser concebido, a veneração do passado e de seus valores (historicismo axiológico), a necessidade do sagrado, além da valorização da disciplina e da hierarquia.

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Olavo de. Reale ante os medíocres. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 21 dez. 2000. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/semana/reale.htm>>. Acesso em: 18 out. 2016.

<sup>2</sup> Id., *ibid.*

Se vistas em conjunto, as obras integralistas do autor permitem identificar, em detalhes, como seria o funcionamento do Estado Integralista. Existe uma clara associação com o totalitarismo – ainda que este como projeto de pensamento único nunca tenha sido implantado, nem mesmo na União Soviética ou na Alemanha Nazista –, de forma que se o integralismo de Reale foi mais autoritário do que totalitário, não se pode deixar de notar, na leitura atenta daquelas obras, a sua vinculação com as ideias totalitárias, pois o indivíduo precisa ser visto dentro da sua “comunidade imaginada”<sup>3</sup>, sua nação, e a nação é identificada com o Estado, logo o Estado incorpora o indivíduo, e mesmo que esse seja entendido em sua forma particular, ele deve seguir os preceitos e valores que o Estado Integral vai descobrir e pôr em prática.

O integralismo de Reale foi profundamente anticapitalista e estatizante: pretendia não apenas a planificação da economia e a supressão do livre mercado, mas também a nacionalização de várias indústrias e serviços. O capitalismo, caracterizado em sua fase de “super-capitalismo”, é colocado como responsável pela escravização das nações pobres – caso do Brasil – e seus expoentes seriam pessoas de origem judaica. O anticapitalismo aproximava bastante o integralismo do socialismo, embora exista a tônica do anticomunismo, principalmente contra a concepção materialista da história, o medo das massas proletárias e a negação da luta de classes.

Ainda são poucos os trabalhos a respeito das revisitas ou reformas que Miguel Reale faz do seu integralismo nas fontes utilizadas por este estudo. Para Neto<sup>4</sup>, que trabalhou duas obras aqui contempladas (entrevista à TV Câmara e Programa Roda Viva), Reale teria buscado a defesa do integralismo, caracterizando-o como “[...] diametralmente oposto da prática fascista”<sup>5</sup>. Bertonha<sup>6</sup>, analisando o livro de memórias de Reale, coloca que as justificativas utilizadas pelo autobiografado para se distanciar do fascismo de tendências totalitárias – após a aliança de Mussolini com Hitler –, mesmo que encontre eco nas obras integralistas (o que permite inferir sua preferência pela primeira fase do fascismo), constituem-se em elementos de um argumento essencialmente político, no intuito de apresentar-se como um “integralista moderado”: “Alegar desconhecimento do que acontecia na Itália antes de ele ter ido pela primeira vez ao país, em 1938, ou do que faziam e pensavam seus colegas de integralismo é, no mínimo, abusar da credulidade dos

---

<sup>3</sup> Cf. ANDERSON, 2008.

<sup>4</sup> NETO, 2011.

<sup>5</sup> Ibid., p. 185

<sup>6</sup> BERTONHA, 2013.

outros”<sup>7</sup>. Como Reale só rompeu com Salgado e Mussolini no último instante do integralismo, é preciso ter cuidado em assimilar a sua pretensa separação dos objetivos majoritários do integralismo e da fase mais condenável do fascismo.

Ao contrário do que se poderia imaginar – e como foi o caso de outros integrantes do movimento –, Reale não nega seu protagonismo efetivo na AIB – obviamente que não poderia fazê-lo, tendo em vista, principalmente, a existência de suas publicações –, mas, em sua revisitação ao integralismo, trata de atenuar certos pontos, evidenciando alguns aspectos de sua teoria em detrimento de outros.

Dessa forma, Reale procura amenizar ou omitir os aspectos estatais mais controladores da sociedade, dando ênfase ao corporativismo “democrático”, através das organizações “livremente constituídas”. Esse é um argumento importante que precisa maior atenção, já que o conceito de liberdade foi modificado: a liberdade do integralismo de Reale era conquistada pela persecução de um objetivo, pela disciplina junto ao “condestável” da nação: o indivíduo só era livre dentro das corporações “eticamente orientadas” pelo Estado. Já a liberdade da fase pós-integralista é a liberdade objetiva, um direito natural. Contudo, se Reale promove contextualizar o vocábulo “fascismo” quando defende a sua interpretação do mesmo em seus escritos mais antigos, esquece a variação conceitual que promoveu sobre o vocábulo “liberdade”. O mesmo vale para o conceito de “democracia” que usa em sua defesa: a democracia dos escritos integralistas é substancialmente diferente da democracia *lato sensu*, utilizada em sua argumentação na “reforma” do integralismo.

Fica claro na análise das fontes utilizadas no segundo capítulo deste trabalho que na argumentação de Reale permanecem alguns elementos e conceitos desenvolvidos pelo seu modelo de integralismo, tais como a democracia corporativa, as organizações “livremente” constituídas, a preocupação com os problemas sociais, o nacionalismo, a planificação da economia, a efetivação de direitos (virtuais no liberalismo), o anticomunismo, a composição das várias tendências do pensamento integralista e o elenco das personalidades importantes que compunham a AIB. Contudo, Reale não menciona outros elementos: a liberdade “conquistada”, a ênfase na disciplina e na hierarquia, a tutela do estado sobre as corporações, a responsabilidade destas e do indivíduo perante a Nação e o repúdio ao sufrágio universal. Existem, ainda, outros aspectos que são

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 282.

relativizados, tais como o uso do uniforme, a questão antissemita, a crítica aos partidos políticos, o episódio do *putsch* e a postura diante do capitalismo.

Longe de esgotar o tema, este trabalho procurou dar uma contribuição no sentido de interpretar o integralismo de Miguel Reale, a partir de suas obras originais, e verificar como este autor revisita ou reforma a sua visão do integralismo, através de depoimentos e outras fontes posteriores. Nota-se que o autor tenta amenizar a sua apresentação do integralismo, enfatizando certos elementos, omitindo outros, contextualizando alguns conceitos e tomando outros objetivamente. Dessa forma, mais do que defender o integralismo, Reale procura defender a sua história, já que os convites para tantos depoimentos e a existência de tanto interesse dificilmente existiriam somente pela sua contribuição como integralista, caso fosse esquecida a sua longa e importante trajetória.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **In Medio Virtus**: uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988.
- BARCELLOS, Daniela Silva Fontoura de. **Código Civil**: professores entre as faculdades de direito e o governo federal. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (Tese de Doutorado em Ciência Política).
- BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o Signo da Nova Ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999
- BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.21, n. 40, p. 85-105, 2001.
- \_\_\_\_\_. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.33, n. 66, p. 269-286, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010, p. 209-254.
- \_\_\_\_\_. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 59-74.
- \_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: \_\_\_\_\_. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996, p. 74-82.
- CALIL, Gilberto Grassi. **A Nova Face do Verde**: o integralismo no pós-guerra – a formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). Porto Alegre: PUCRS, 1998. (Dissertação de Mestrado em História).
- CARVALHO, Olavo de. Reale ante os medíocres. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 21 dez. 2000. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/semana/reale.htm>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- CODATO, Adriano. Instituições de governo, ideias autoritárias e políticos profissionais em São Paulo nos anos 1940. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 143-167, mai./ago., 2013.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. São Paulo: USP/FFLCH, 1992. (Dissertação de Mestrado em História).
- DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FAYE, Jean Pierre. **O Século das Ideologias**. Lisboa: Instituto Piaget, 1980.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Org.). **Revisão do Pensamento Conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

FRANÇA. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, de 26 de Agosto de 1789. Disponível em: <[https://www.senat.fr/lng/pt/declaration\\_droits\\_homme.html](https://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html)>. Acesso em: 14 out. 2016.

GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional**: remetida pelo presidente da república na abertura da sessão legislativa de 1963. Brasília: Imprensa Nacional, 1963.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

MAGALHÃES, Mauro. Sangue na Praça da Sé. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 nov. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0111200904.htm>>. Acesso em: 15 out. 2016.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. O Pensamento Conservador. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 77-131.

MITCHELL, Michael. Miguel Reale and the Impact of Conservative Modernization on Brazilian Race Relations. In: HANCHARD, Michael. **Racial Politics in Contemporary Brazil**. Durham: Duke University Press, 1999, p. 116-137.

NETO, Odilon Caldeira. Miguel Reale e o integralismo: entre a memória militante e as disputas políticas. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 126, p. 178-186, nov. 2011.

NISBET, Robert. Conservantismo. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (Org.). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 118-165.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A evolução dos estudos sobre o Integralismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 118-138, jan./jun. 2010.

PONDÉ, Luiz Felipe. A direita não acredita em ideias e acha que intelectual é animador de festa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2016/09/1814522-a-direita-nao-acredita-em-ideias-e-acha-que-intelectual-e-animador-de-festa.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2016.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937). **Revista Intellectus**, Rio de Janeiro, ano VII, v. II, p. 01-22, 2008.



\_\_\_\_\_. **Intelectuais e Carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. (Tese de Doutorado em Sociologia).

\_\_\_\_\_. **O Integralismo entre a família e o Estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937).** Rio de Janeiro: UERJ, 2008. (Dissertação de Mestrado em História).

REALE, Miguel. **ABC do Integralismo.** São Paulo: Panorama, 1937

\_\_\_\_\_. **Actualidades de um mundo antigo.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1936

\_\_\_\_\_. Atualidades Brasileiras. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas: 1ª fase – 1931/1937.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, t. III, p. 71-150.

\_\_\_\_\_. Comentários de Miguel Reale. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Miguel Reale na UnB: conferências e debates de um seminário realizado de 9 a 12 de junho de 1981.** Brasília: Editora da UnB, 1981, p. 27-47.

\_\_\_\_\_. Corporativismo e Unidade Nacional. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas: 1ª fase – 1931/1937.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, t. III, p. 235-242.

\_\_\_\_\_. **Formação da Política Burguesa: introdução ao estado moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos do Direito.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940.

\_\_\_\_\_. **História do Novo Código Civil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas: 1ª fase – 1931/1937.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, t. I, p. 5-18.

\_\_\_\_\_. **Memória Política,** TV Câmara. Brasília, 12 nov. 2001. Entrevista concedida a Tarcísio Holanda, Ana Maria Lopes e Ivan Santos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/miguel-reale/texto>>. Acesso em: 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memórias: volume 1, destinos cruzados.** Saraiva: São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. Miguel Reale (1910). In: NOBRE, Marcos. **Conversas com Filósofos Brasileiros.** São Paulo: Editora 34, 2000, p. 15-28.

\_\_\_\_\_. **Natureza Jurídica da Itaipu.** Curitiba: Diretoria jurídica de Itaipu Binacional, 2004.

\_\_\_\_\_. Nós e os Fascistas da Europa. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas: 1ª fase – 1931/1937.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, t. III, p. 223-233.

\_\_\_\_\_. **O Capitalismo Internacional: introdução á economia nova.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

\_\_\_\_\_. **O Estado Moderno: liberalismo – fascismo – integralismo.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

\_\_\_\_\_. O Integralismo Revisitado. In: \_\_\_\_\_. **Política e Direito: ensaios.** São Paulo: Saraiva, 2006, p. 57-60.

\_\_\_\_\_. O Professor Miguel Reale é contra o reaparecimento do Integralismo. **Diário de Notícias,** Porto Alegre, 06 jul. 1945, p. 8.

\_\_\_\_\_. O risco é inerente à democracia. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **A História Viva.** São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1981, v. 1, cap. 14, p. 321-345.

\_\_\_\_\_. Perspectivas Integralistas. In: \_\_\_\_\_. **Obras Políticas: 1ª fase – 1931/1937.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, t. III, p. 15-67.

\_\_\_\_\_. **Pluralismo e Liberdade.** São Paulo: Saraiva, 1963

\_\_\_\_\_. Prefácio. In. FILHO, Ferdinando Martino. **Pela Revolução Integralista.** São Paulo: Paulista, 1935, p. 7-12.

\_\_\_\_\_. **Programa Roda Viva,** TV Cultura. São Paulo, 13 nov. 2000. Entrevista concedida a Paulo Markun, Celso Lafer, José Nêumanne, Luisa Nagib Eluf, Silvana de Freitas, Márcio Chaer e Ronald Freitas. Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/727/entrevistados/miguel\\_reale\\_2000.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/727/entrevistados/miguel_reale_2000.htm)>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Voz do Pensador.** Entrevista concedida ao Jornal da USP, 2000. Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2006-abr-17/leia\\_entrevista\\_concedida\\_reale\\_jornal\\_usp](http://www.conjur.com.br/2006-abr-17/leia_entrevista_concedida_reale_jornal_usp)>. Acesso em: 12 out. 2016.

SILVA, Hélio. 1938: terrorismo em campo verde. In: \_\_\_\_\_. **O Ciclo de Vargas,** vol. X. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SOUZA, Valdir Aparecido de. Representações de si: o imaginário dos intelectuais e a história contemporânea. **Labirinto,** Porto Velho, v.11, p. 20-24, 2008.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT.** São Paulo: LTR, 1998.

TRINDADE, Héliogio. **A Tentação Fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

\_\_\_\_\_. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.** São Paulo: Difel, 1979.

WEISS, Raquel Andrade. Perspectivas sobre a Política na Teoria de Émile Durkheim. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais: BIB.** São Paulo, n. 71, p. 45-67, 1º semestre de 2011.